

EM TEMPO:

Periódico nacional • Ano VIII • nº 205 • outubro de 1985 • Cr\$ 3.000

Na reta final:



O PT CRESCER

E mais: o novo Plano da "Reforma Agrária", os primeiros passos da Campanha Salarial Unificada e um cartaz para a campanha do PT

O novo Plano Nacional de Reforma Agrária Mais um passo atrás!

Latifúndio e militares pioram o Plano Nacional de Reforma Agrária. Controle da "Reforma Agrária" nas mãos do capital.

O Movimento dos Sem Terra parte para a luta, que exige o apoio dos trabalhadores da cidade.

Isaac Akcelrud



Na luta, ocupando terras, se conquistará a Reforma Agrária

Longe de ser mera coincidência, a edição do decreto sobre política agrícola, exigido pelos latifundiários, e a simultânea ofensiva sobre o movimento operário organizado, para que se enquadre no pacto social, são parte e prática da mesma política de submissão e entrega aos bancos e à usura internacional através de seu Ministério das Colônias — o FMI.

Também não foi fortuita a articulação do discurso de Sarney na ONU, "endurecendo" a posição de seu governo, com a súbita "mudança" de Reagan, simulando afrouxar um pouco a corda em torno do pescoço dos devedores. Jogo de cartas marcadas. É o cenário armado para a negociação de novos empréstimos para atender o "serviço" da dívida, isto é, para pagar os juros. Quer dizer: a dívida vai crescer ainda mais, o montante dos juros dispara para novas alturas. O modelo de Funaro é Delfim. Sarney repete seu velho chefe Figueiredo.

Banqueiro nada empresta a país onde de as lutas dos trabalhadores desenha no horizonte o perfil da greve geral. Nada adianta a governo que não segure os camponeses que forçam as porteiras do latifúndio. Daí a urgência do pacto social e a embromação do rótulo de reforma agrária para uma política de proteção e favorecimento da burguesia latifundiária. A hipocrisia dos negociadores e a demagogia dos decretos não trazem uma proposta, apenas e mal disfarçam uma embutida ameaça de repressão.

A cobertura militar às exigências do latifúndio

Nem a imprensa das classes dominantes pode silenciar sobre a cobertura militar às exigências do latifúndio. O plano Mirad/Incra, lançado com o apoio de Sarney entre rojões e fanfaras no 4.º Congresso da Contag, foi recusado, refeito, reduzido e desmilitarizado nada menos do que doze vezes.

O ministro Nelson Ribeiro é o maior engolidor de sapos deste país tropical. No bate e enxuga, o plano acabou reduzido a mero discurso sobre reforma agrária e promessa de duvidosa ação futura. Uma pálida carta de intenções. Foi ratificada a manutenção e aumento tranqüilo do latifúndio como base e estrutura do desenvolvimento capitalista no campo. As exigências das "entidades representativas do empresariado rural" foram sacramentadas pela proposta paralela do Conselho de Segurança Nacional. É a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado (PNRI ou PONDERI). O problema da terra permanece sob controle e supervisão militar. Mudaram os generais. A política é a mesma.

Nos intervalos criados pelos sucessivos adiamentos, entre maio e outubro, ganhando tempo e pedindo trégua aos trabalhadores rurais, foi articulada a manobra palaciana. Como se sabe agora, em meados de agosto, Sarney autorizou a formação duma comissão interministerial incumbida de estudar soluções para o problema do êxodo rural, como se isto fosse alheio à reforma agrária. Foi o início da preparação do sigiloso plano paralelo. A formação e atividades da comissão interministerial não foram noticiadas. O Mirad nem piou contra a invasão de sua área e competência de ação, associando-se ao segredo de polichinelo. Enviou um representante para participar da elaboração dum secreto plano alternativo de reforma agrária, o sr. Moacyr Palmeira que fatura dois empregos — na Contag e no Mirad.

Sem Terra: a mobilização contra a enrolação

Nesta altura dos acontecimentos, o Movimento Nacional dos Sem Terra, encarando a pressão ascendente de suas bases no campo, procedeu a uma revisão e reavaliação de todo o quadro da luta pela terra. Era preciso e inadiável "responder a essa enrolação toda do governo, que criou falsas expectati-

vas em milhões de lavradores sem terra". O pronunciamento do Movimento dos Sem Terra (MST) distribuído à imprensa é um documento altamente expressivo do amadurecimento político, capacidade de iniciativa independente e avanço organizativo dos camponeses brasileiros. Retrata o descrédito da "Nova República" no campo. Mostra como o Mirad foi esbanjando e dilapidando a reserva inicial de boa vontade e confiança que lhe foi dada pela boa fé das massas camponesas. Tornou-se inevitável a conclusão de que "infelizmente, os últimos fatos relacionados à Reforma Agrária vêm demonstrando que a "Nova República" não está interessada e não tem força política para implantar um projeto social tão necessário quando este da Reforma Agrária". (O grifo é meu. I.A.).

O documento assinala que os trabalhadores rurais brasileiros manifestaram apoio à proposta Mirad/Incra em grandes demonstrações públicas realizadas em todo o país, ao contrário dos latifundiários que se armaram e mataram impunemente, criando um clima de intranqüilidade no campo. Através de sua própria experiência, os Sem Terra avançaram no aprendizado político indispensável para uma avaliação própria e adequada da situação. Identificaram o inimigo de classe e sua política. Verificaram de que lado está o governo e o que vale a palavra dos partidos que o apoiam e integram. O campo está se politizando. Já não é mais e nunca mais poderá ser o mesmo.

Política agrícola do capital comanda reforma

Passo a passo vai se tornando possível perceber com nitidez que o próprio projeto do Mirad carregava o caruncho que o devorou. Para aumentar a produtividade, dizia um editorial paulistano, não é preciso reforma agrária nenhuma. Só que cuidou de evitar a verdadeira questão em tela, pois a questão não é só produzir, mas principalmente produzir "o quê" e "para quem". O mesmo vale para a tão louvada "introdução do capitalismo no campo". Pois, o do Brasil é um capitalismo dependente, condenado à agricultura de exportação. Tem que produzir divisas para pagar a dívida e não alimentos para o povo comer. Um capitalismo de fim de safra afim do latifúndio e avesso à reforma agrária.

Desse modo, a contradição que minava o Mirad fornecia os argumentos para a subordinação suicida da reforma agrária à política agrícola do capital. O discurso pode continuar falando em justiça social e outras amabilidades de palanque eleitoral. Na prática, fica abolida qualquer restrição ao latifúndio e à propriedade privada que uma reforma agrária autêntica contesta implícita e obrigatoriamente. Desapropriação só em ultimíssima instância e

limitada aos trechos não produtivos. Os arrendamentos são apoiados e estimulados, pois passam a funcionar como barreira intransponível à desapropriação. Foi vetada a reivindicação duma reforma agrária massiva, em escala nacional, pela fratura dos assentamentos dispersos, um por um, em áreas, regiões e datas não definidos. Tudo em tese, sem o compromisso claro de fazer. Para maior e melhor controle, o truque da "concessão de uso", que deixa o camponês, se ele conseguir ser assentado no final duma verdadeira corrida de obstáculos, indefeso e à mercê da burocracia estatal durante cinco anos. É uma porta aberta ao clientelismo político, à formação de fechados currais eleitorais, uma nova forma de coronelismo. Criam dificuldades para vender facilidades.

Facilidade para o latifúndio, desterro para os camponeses

Todo o processo é rigorosamente burocratizado e centralizado. Os planos regionais, elaborados pelos governos locais, facilitam as pressões e as barganhas com os latifundiários em cada área, suas organizações, seus rábulas e milícias ilegais. Mesmo com essa estirpe, a aprovação final de tais planos é exclusiva da Presidência da República. É, portanto, indispensável o parecer favorável do Conselho de Segurança. A desapropriação deve ser evitada sempre que "conveniente", o que é um critério inteiramente subjetivo, o império do arbítrio.

Sarney decretou algumas disposições gerais válidas para seu mandato apenas. Depois disso, começa tudo de novo. Continua a tática protelatória, empurrando a questão para a Constituinte e para depois dela. Quem manteve o Estatuto da Terra na geladeira por mais de 20 anos não tem credibilidade para estabelecer prazos ao cadastramento das terras públicas disponíveis. O que permanece em vigor são os poderes do Getat e do Gebam. Terras para a reforma agrária são "o vale do São Francisco, a faixa de fronteira desde o Estado de Mato Grosso do Sul até o território do Amapá, ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas e as bacias dos rios Araguaia e Tocantins". É um projeto do desterro em massa dos camponeses para o sacrifício do desbravamento para ulterior penetração das empresas de mineração e agricultura.

A inevitável intensificação da luta pela terra deverá desenvolver-se em novo contexto. A agressão simultânea aos Sem Terra (uma reforma agrária de fãncaria) e ao proletariado urbano (a mordada do pacto social) define uma luta comum e convoca à recíproca solidariedade entre os trabalhadores da cidade e os trabalhadores do campo que formam uma só e mesma classe. A reforma agrária faz parte da pauta de reivindicações de todos os sindicatos.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aluisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Lucí Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

PT: reforçar a campanha organizando a luta

O final deste mês de outubro e o próximo mês de novembro reúnem três questões centrais para o movimento operário no Brasil. São três elementos que se combinam e vão exigir um esforço fundamental do conjunto dos militantes e ativistas do movimento operário e popular, em especial dos militantes do PT: a campanha salarial unificada, a luta contra a dívida externa e a campanha eleitoral.

A campanha eleitoral do PT começa a entrar em sua reta final. Os resultados de pesquisas que estão sendo divulgados apontam para avanços em relação aos resultados de 82. Este quadro deve ser visto (apesar da necessária reserva em relação às estatísticas) como fundamental para a ruptura do isolamento a que a Aliança Democrática tentou impor ao PT e a CUT. Com esse isolamento a Aliança pressionaria o PT no sentido da cooptação e do pacto social.

Em nota divulgada no dia 10 de outubro, a CUT reafirma claramente sua negativa em relação ao pacto. Da mesma forma, Lula também declara, em nome do PT, que este não aceitará a proposta de Sarney.

Estas posições são fundamentais neste momento. Contudo, mais que a constatação deste avanço, é necessária

a compreensão de que vivemos um momento privilegiado para a construção do PT e de sua inserção no movimento operário e popular. Portanto, o esforço neste sentido é uma exigência que se impõe ao conjunto dos militantes. É o momento de garantirmos um partido que tenha condições de se impor e apresentar-se com mais força nas campanhas do próximo ano (campanhas salariais, constituinte).

Para esta consolidação duas questões estão colocadas. A atual campanha salarial unificada que se desenvolve em São Paulo já adquiriu uma dimensão nacional. O governo e a burguesia estão com os olhos voltados para ela. Sarney retoma a proposta do "pacto", Pazzianotto fala em "entendimento", Sayad nega o trimestral.

Do lado dos trabalhadores esta campanha representa uma quebra do isolamento de campanhas por categoria, representa uma experiência central que indica um rumo para as campanhas salariais de todo o país.

O outro elemento que fecha os eixos principais de atuação dos setores classistas é a luta contra a dívida externa, contra o imperialismo e sua política no continente.

A campanha salarial unificada e a luta contra a dívida têm uma importân-



cia muito grande para a campanha eleitoral do PT. Isto porque, com a radicalização do movimento de massas, amplia-se o desgaste do governo. Numa campanha praticamente voltada para as questões nacionais, favorece a quem se coloca como opositor a este governo, apresentando uma alternativa dos trabalhadores.

Desta forma, ligar a campanha eleitoral do PT a estes eventos desdobrando a campanha salarial unificada de São Paulo em todos os lugares, tendo

como base a propaganda das reivindicações centrais do movimento sindical (trimestral, redução da jornada e reposição das perdas salariais), utilizando o espaço na televisão e no rádio para a convocação das manifestações de 23 de outubro e denúncia da política econômica ditada pelo FMI e aceita pelo governo Sarney, tudo isto contribui para demonstrar aos olhos das massas que o PT é o único partido que se coloca como oposição conseqüente ao governo e ao lado dos trabalhadores e da maioria da população.

A gigantesca dívida pública

Os títulos da dívida pública estão nas mãos da burguesia industrial e financeira. Seus juros terminam sendo pagos pelos assalariados. Reforma tributária da "Nova República" não desafia assalariado.

J.A. Xavier

Em meados do presente ano, a dívida pública interna teria atingido as cifras preliminares de Cr\$ 460 trilhões. Deste total, cerca de 65% (Cr\$ 300 trilhões) seriam financiados pelo setor privado, representando empréstimos das instituições financeiras, títulos federais e estaduais, depósitos em moedas estrangeiras e duplicadas de empreiteiras e fornecedores. Estas cifras correspondem uma evolução de 113% no semestre (contra uma evolução de 74,3% da inflação no mesmo período, medida segundo o IGP-DI) e de 280% no ano (contra uma evolução de 221,4% da inflação no mesmo período e também medida com a anterior). (Conjuntura Econômica, agosto 85). Qual o significado econômico-social destas cifras — do endividamento do Estado Nacional?

A Natureza da Dívida Pública

Desde logo, não são os trabalhadores deste país que possuem as ORTNs, as LTNs — os papéis da dívida pública, cujos rendimentos reais (portanto, acima da inflação) oscilam em torno dos 25% a.a. (contra os 6% a.a. da poupança voluntária e os 3% a.a. da poupança compulsória dos trabalhadores, como o FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). No entanto, se não são os trabalhadores os credores

desta monumental cifra da dívida do Estado, serão exatamente eles os pagadores até o último centavo desta dívida. O Estado só garante que o expropriado dos trabalhadores será devidamente redistribuído entre os detentores dos títulos da dívida pública interna: a burguesia industrial-financeira deste país.

Com efeito, é nesta direção que aponta a Reforma Tributária em curso na "Nova República". Pelas características regressivas (paga menos, quem ganha mais) da tributação neste país, mesmo o imposto de renda — que diretamente não é pago pelos assalariados abaixo da faixa dos três ou quatro salários mínimos — acaba recaindo mais pesadamente sobre os ombros destes assalariados: 75% do imposto de renda neste país é pago pelas empresas, que o repassam imediatamente aos preços das mercadorias.

Ilustrando, nos países capitalistas mais desenvolvidos, as empresas arcam com cerca de 18% e o restante é progressivamente tributado diretamente das pessoas físicas. Mais ilustrativo ainda: comparem a carga tributária segundo as faixas de rendas no Brasil. A faixa de renda mais baixa tem uma carga tributária quase 3 vezes maior do que a mais alta (Senhor, nº 238).

Carga tributária por classes de renda (1975)

Renda mensal (em salário-mínimos)	Carga tributária (porcentagem)
0 - 1	35,9
1 - 2	31,9
2 - 5	24,3
5 - 10	23,3
10 - 15	22,4
15 - 20	22,3
20 - 30	21,9
30 - 40	21,8
40 - 50	20,9
50 - 75	19,8
75 - 100	17,6
Mais de 100	14,6

Fonte: Ibrahim Eris e outros, Distribuição de renda e sistema tributário no Brasil, 1979.

A Função da Dívida Pública

A dívida do Estado nacional representa as antecipações, no presente, de uma riqueza privada futura, ainda a ser gerada (na produção de mercadorias) e expropriada (sob mecanismos do arrocho salarial, ou da inflação, ou da carga tributária, etc) dos assalaria-

dos. No momento atual, o Estado, não somente efetua as antecipações desta riqueza aos capitalistas — na forma dos títulos da dívida pública, como as ORTNs e as LTNs, mas, também, em particular, antecipa as "remunerações" futuras destes papéis na forma de juros.

Estas antecipações — a dívida do Estado nacional, conjuntamente com o arrocho salarial experimentado pelos assalariados desde o início da presente década (redução em torno de 40% da folha de pagamentos na produção industrial) e a "re-compressão" (arrocho adicional) dos salários mediante a inflação (cerca de 50% do valor real no final do período de reajuste) foram as "vias brasileiras" do "ajustamento econômico" frente a crise de superprodução de mercadorias no decorrer de toda a segunda metade dos anos setenta. Em conjunto, o arrocho salarial e os adiamentos estatais (a serem repostos pelas compressões salariais futuras, na forma da elevação da carga tributária) serviram e seguem servindo aos capitalistas para compensar a queda dos fluxos de riqueza, que surgiriam com a queda da produção de mercadorias — recessão da produção de mercadorias, como a ocorrida em anos recentes, em particular em 1981 e 1983.

Os problemas da "Nova República" e o controle da transição

Comissão do Congresso ameaça parecer contra a emenda de Sarney.

Ulisses age. Anistia a militares cassados: continua restrita.

Riocentro pode ter inquérito reaberto. Algumas pedras no caminho da transição conservadora.

Os projetos político-institucionais da "Nova República" não têm conseguido, em sua implementação, obter um grande consenso sequer no interior da própria Aliança Democrática. O conteúdo limitadamente democrático dos projetos tem motivado resistências a eles.

Constituinte de Sarney: não é a que a sociedade quer

O encaminhamento parlamentar da emenda de Sarney que convoca o Congresso Constituinte é um bom exemplo das contradições entre a dimensão da democracia da "Nova República" e a ansiada pela sociedade.

O relator da Comissão Mista do Congresso que examina a emenda, deputado Flávio Bierrembach, do PMDB, concluiu que, ao contrário da proposta de um congresso com poderes constituintes "... a sociedade civil brasileira, por sua manifestação unânime, deseja uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva". Segundo o deputado "... na Comissão foram tomados dezesseis depoimentos de juristas e personalidades significativas da sociedade civil brasileira e, apenas dois deles (Afonso Arinos e Paulo Brossard) foram contra a Assembléia exclusiva. Todos os demais a desejam" (*Folha de São Paulo*, 1/10/85).

A partir dessas evidentes constatações, chegou-se a levantar a possibilidade de ser apresentado um substitutivo ao projeto do governo.

O governo tratou de evitar que esse projeto fosse adiante. O Conselho Político decidiu não admitir a apresentação de um substitutivo pela Comissão e o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, partiu articulando entre os partidos o apoio que garantisse os 2/3 necessários à aprovação da emenda. Resultado: em uma reunião na sua casa, o Presidente do PMDB consegue o

apoio de todos os partidos, com exceção do PT, ao projeto governamental. No máximo, serão apresentadas algumas pequenas emendas ao projeto governamental.

Anistia: continua restrita

Da anistia restrita decretada por Figueiredo em 1979, não se beneficiaram os servidores civis e militares. Um projeto (de autoria do deputado Jorge Uequed-PMDB) estende a anistia a todos os que dela não se beneficiaram. Isto implica na reintegração às Forças Armadas de cerca de 7.700 militares cassados.

A resistência dos ministros militares logo se fez presente; o ministro da Justiça, Fernando Lyra, considerou inoportuno o projeto. Os militares cassados cobravam do PMDB: quando a anistia foi decretada o então MDB protestou, pois ela não era ampla, geral e irrestrita. Chegou a hora do partido ampliar essa anistia.

Não dando ouvidos a essas reivindicações, o PMDB trabalha para uma solução "intermediária": não haverá a reintegração nem indenização, mas apenas a contagem do tempo em que estiveram cassados para efeito de aposentadoria.

Riocentro, Baumgarten

Pedida a reabertura do inquérito que trata do caso Riocentro: o caso já está nas mãos do Supremo Tribunal Militar. A ele caberá a decisão. É uma questão espinhosa para a "Nova República" e para as Forças Armadas.

As evidências sobre a responsabilidade dos oficiais do DOI-CODI no planejamento e execução do atentado são inegáveis. Na sua edição de 16 de outubro a revista *Isto É* traz uma reportagem sobre o sítio onde se realizavam treinamentos para a realização de atentados: os dados estão aí. A não

reabertura do inquérito implicará numa evidente pressão dos militares contra o esclarecimento dos responsáveis pelo crime, sendo um ato de conivência com ele. Já a sua reabertura poderá também trazer problemas para as Forças Armadas, na medida em que exporá os métodos de ação dos órgãos de segurança, criando inconvenientes para a política oficial da "Nova República" que busca reciclá-los, dando-lhes uma nova imagem. Será mais uma lembrança à sociedade brasileira que o aparato repressivo está intocado.

E é isso o que tem acontecido com o "caso Baumgarten": o envolvimento do chefe da agência central do SNI, General Newton Cruz, já motivou o seu indiciamento. Embora o caso seja o de um conflito entre agentes do mesmo organismo, ele mostra a todo o país os métodos de ação do SNI e da "comunidade de informações".

Ao mesmo tempo, a evolução das investigações do caso seguramente exigirão esclarecimentos sobre a responsabilidade do antigo chefe do SNI, Otávio Medeiros — que compromete o núcleo central do último governo da ditadura militar. O que não é interesse da "Nova República".

Diminuir e abafar repercussões destes casos é do interesse do governo. A dúvida é até onde isso é possível.

Os limites da ação político-institucional da "Nova República"

Têm sido freqüentes as afirmações sobre uma certa dicotomia existente na "Nova República" entre a sua capacidade de ação no campo político e o imobilismo no campo econômico-social. Em especial os setores reformistas da esquerda (PCB e PC do B) têm insistido nessa tecla.

Na realidade a situação é mais com-



Sarney e Ulisses: contornando problemas da transição

plexa. O limite que a transição conservadora impõe para uma política democratizante é enorme. O que termina determinando até um certo imobilismo na ação política do governo ou mesmo uma ação marcada por idas e vindas (vide o Projeto da "Reforma Agrária", o próprio tratamento da questão do pacto social).

A margem de manobra política da "Nova República" é estreita. Por isso tanta preocupação com o controle sobre o processo da Constituinte — que selará a transição. Defendendo o Congresso com poderes constituintes um assessor de Sarney argumentava que uma Constituinte Democrática e Sobrana é desnecessária no Brasil, "porque aqui não houve uma ruptura institucional mas sim uma transição política, e negociada em muitos pontos... e porque as dificuldades de institucionalização do novo regime ainda são visíveis e têm que ser levadas em conta pelos políticos experimentados que conduzem o processo" (*Senhor*, 16/10/85).

Essas dificuldades não podem ser aumentadas pela maior participação popular, pensa a "Nova República": esta participação pode desrespeitar os "pontos negociados".

Luto por Médici: VERGONHA!

Morreu Médici. Morreu o general que comandou a ditadura em seu período mais sangrento. Um período em que foram cometidos o maior número de crimes contra os direitos humanos, de assassinatos e desaparecimentos. Um período em que a máquina de repressão policial-militar mais agiu. De índices econômicos manipulados, do arrocho justificado pelo necessário "crescimento do Bolo" para a sua posterior divisão, de desenvolvimento ao custo da miséria.

Médici foi enterrado com honras de chefe de estado. Foi decretado luto de 8 dias no país. O maior partido no Congresso, o PMDB, foi o responsável pela respeitosa suspensão dos trabalhos no Congresso.

Em plena "Nova República", a reverência ao ditador. Prestando tais homenagens, fica evidente que muito da velha ditadura não morreu. Continua vivo e com energia suficiente para fazer o "novo governo" reverenciar um trágico passado.

Está plena de razão a senhora que, segundo matéria publicada pela *Folha de São Paulo*, portava, no enterro de Médici, um pequeno cartaz onde se lia: "Luto por Médici. VERGONHA!"



Riocentro: reabertura do inquérito ou conivência com a farsa?

O pacto, de novo na roda

Mal disfarçado de "entendimento nacional", o pacto recebe a resposta oficial da CUT: não.

O governo amplia a ofensiva sobre o movimento operário e popular, no sentido de conseguir a conformação do pacto social. Neste momento em que a Aliança Democrática luta para estabilizar seu projeto político, num quadro de crise econômica profunda e de ascenso do movimento sindical, o pacto é uma pedra fundamental.

A ofensiva do governo e da burguesia é tão grande que usam de todos os

artifícios que estão às suas mãos, chegando até a mudar nomes: de "pacto" passaram a adotar o "entendimento nacional". Contudo, esta proposta não tem encontrado grande ressonância no movimento operário. A demonstração clara disto é a disposição continuada de luta que se apresenta, as greves que se sucedem e o não ao pacto dito pela direção da CUT, a partir de uma declaração formal de sua Executiva. (ver box)

A CUT não pactua

"Pacto: ajuste, convenção, contrato."
"Diálogo: fala entre duas pessoas, conversação, colóquio".

(Dicionário A.B. de Holanda)

Dialogar é obrigação de uma central sindical e não pressupõe pacto ou entendimento.

A Direção Nacional da CUT reafirma uma vez mais: a CUT não pactua, não ajusta, não convencionou, não contrata sacrifícios aos trabalhadores. Nem abre mão do direito de greve, instrumento fundamental da democracia.

Não foram os trabalhadores os responsáveis pela escalada da inflação, pelo endividamento externo ou pelo beco da "crise econômica", heranças de 21 anos de ditadura militar. Para os trabalhadores a saída deste beco está na democracia, no fim da miséria e do desemprego, na garantia de permanência do homem na terra e na ruptura da sistemática extorsão das riquezas nacionais pelos banqueiros do FMI.

Na defesa dos interesses de milhões de trabalhadores da cidade e do campo a CUT dialoga sobre tudo e com todos. Mas não discute, não assina pacto social ou como venham a chamar tal operação de troca de necessidades por promessas, dentro do velho esquema de crescer o bolo para dividi-lo depois. Para a CUT, os defensores do pacto buscam paralisar e confundir a luta dos trabalhadores para obter sustentação ao projeto político, econômico e social da Aliança Democrática, que continua mantendo as grandes regras do regime militar e frustrando a cada momento as legítimas aspirações do povo brasileiro.

As reivindicações dos trabalhadores são manifestações de urgentíssimas e essenciais necessidades do povo e só serão conseguidas com a luta e organização, tarefas para as quais a CUT foi criada.

São Paulo, 09 de outubro de 1985
Executiva Nacional da CUT



CUT: contra o pacto, não abre mão das lutas

Embora a proposta encontre resistências, não são poucos os que se esforçam para auxiliar o governo nesta árdua tarefa. Recentemente foi criada a USI (União Sindical Independente), mais conhecida como a use-e-abuse, iniciativa de arqui-pelegos, sem qualquer repercussão no movimento operário. Estes burocratas saíram rapidamente a apoiar o pacto proposto pelo governo, apresentando-se para a discussão sem qualquer reivindicação, alegando que não estavam fechados, mas sim abertos ao diálogo. Triste e ridículo papel.

As vacilações da Conclat

Já a nível da Conclat as coisas estão mais complicadas. Na plenária nacional foi escolhida uma comissão para discutir com o governo, com o claro papel de negociar o pacto. Após o encerramento da plenária, Joaquinção foi à imprensa e chegou ao ponto de dizer que a Conclat abriria mão do reajuste trimestral. Depois de uma saraiada de críticas no interior do movimento sindical se viu obrigado a publi-

car uma nota do sindicato desmentindo o mau dito anterior.

Posteriormente à nota da CUT, Joaquinção declarou à imprensa que a Comissão da Conclat não tinha poderes para negociar o pacto, mas só para discutir com o governo (o que já foi desmentido pela reunião com Funaro e Pazzianotto). Outro dado importante: não existe nenhum sindicalista do PCB na Comissão. Este fato não é muito estranho. Embora o PCB apoie ardorosamente a proposta de pacto, tem se empenhado pouco na construção da Conclat.

Estas cisões e rupturas que começam a surgir, são sinais claros da incapacidade dos pelegos de se tornarem interlocutores, por parte do movimento sindical, na negociação do pacto. Aprofundar estas cisões com uma política conseqüente da CUT cobrando a unidade em torno das bandeiras que são consensuais, denunciando na base da Conclat as manobras e vacilações dos pelegos, é fundamental para impedir o pacto e fortalecer mais ainda a CUT, preparando-se para as lutas que se aproximam.

Mentiras sobre o trimestral.

O reajuste trimestral aumenta a inflação para 1.000%. É o que insistem em dizer o governo e empresários.

Diante da ofensiva do movimento sindical na luta pelo reajuste trimestral de salários, o governo e — como não podia deixar de ser — os representantes da burguesia saem a campo no combate sem tréguas contra esta forma de reajustamento. O ponto fundamental deste ataque: a trimestralidade geraria um impacto inflacionário, jogando a nossa "modesta" inflação para algo em torno dos 1000%.

Esta conclusão se baseia nos "fatos" de que uma recuperação de salários deveria ser necessariamente repassada para os preços e que também um maior poder de compra dos assalariados não teria uma oferta correspondente, o que também aumentaria os preços. Portanto, a trimestralidade significaria aumento de inflação.

O prêmio de chutometria

Para provar com bases objetivas seus argumentos, a burguesia tem se valido de inúmeros "estudos científicos". Num destes, produzido por economistas da UnB (Universidade de Brasília) a trimestralidade geraria uma inflação de 999%. Já a FIESP, num estudo também "objetivo e científico", mostra que a mesma trimestralidade geraria uma inflação de 666% (o número da besta do apocalipse, curioso né?).

Por fim, num outro estudo tão "científico" quanto os outros dois, a FIERGS demonstra que não seriam 999 ou 666%, mas sim 271,8% (pouco mais que a atual marca). Frente a este quadro, o articulista

econômico Joelmir Betting, conferiu a FIERGS o primeiro lugar em "Chutometria", isto é, conseguir produzir um resultado tão preciso a partir de bases completamente obscuras.

Estas iniciativas da burguesia só contribuíram para demonstrar mais uma vez a farsa da tradicional formulação de que os reajustes mais frequentes de salários aumentam a inflação. O governo avança tanto nesta linha, que o Ministro do Planejamento chega ao ridículo de afirmar, ante as câmeras de televisão, que a trimestralidade significa um aumento real de 20% nos salários. Seria trágica se não fosse tão cômica esta afirmação. E por quê?

Na reunião realizada há cerca de três semanas entre a CUT e os Ministros Funaro e Pazzianotto, foram apresentados os dados que a CUT tem sobre a questão, demonstrando mais uma vez que não são os salários que geram a inflação. O ministro da Fazenda não teve sequer condições de se contrapor a estes dados, alegando que levaria estas informações a seus assessores, para responder posteriormente.

Ora, isto demonstra que o que baseia realmente a lógica da argumentação ministerial não é nenhum estudo técnico, mas uma concepção política de que os salários devem ser mantidos onde estão, para garantir superávits na balança comercial (menores salários, menor mercados internos, maior competitividade externa, mais exportações, menos importações), mantendo a tradicional política econômica do FMI.

A verdade dos dados

Apesar de, afinal de contas, qual a verdade nos dados que são apresentados?

Em primeiro lugar, é importante ter claro que a **trimestralidade não significa de forma alguma aumento de salários**. Isto é a maior balela, conversa fiada para desviar o assunto. Significa sim, que haverá uma perda menor durante o período. Um documento apresentado pelo Sindicato dos Químicos de SP, demonstra que com a política de reajustes semestrais na atual inflação, ao final de seis meses o trabalhador teve a perda de 1,96 salários. Isto quer dizer que ele teve o seu poder de compra corroído em quase dois salários. Com o trimestral, a perda em um semestre se reduziria para um salário: praticamente a metade da perda e não 20% de ganhos, como mente Sayad.

Outra coisa importante é o tal do impacto inflacionário. Em uma pesquisa realizada em São Paulo e Rio, chegou-se a um resultado que desmascara esta afirmação: 94% das empresas pesquisadas em São Paulo e 60% no Rio, já concedem antecipações trimestrais. Nem por isso houve uma variação substancial da inflação, que se mantém no atual patamar há quase três anos. Como se explica isto?

No ano de 1984, os salários tiveram um peso no produto industrial no país de 4,19%. Ou seja, eles não representam nem 5% do produto industrial (o peso principal são de impostos e custos financeiros — olha os bancos aí). A trimestralidade representaria, nestas condições, um aumento de 0,7% (isto mesmo, nem 1%) no peso dos salários.

Como tão pequeno aumento poderia triplicar os salários?

A escala móvel de salários

É óbvio que o governo tem estes dados. Não é privilégio do movimento sindical, mesmo por que são levantados pelo IBGE. Tanto sabe que, alguns anos atrás, o então Senador Franco Montoro apresentou um projeto de política salarial que estabelecia a escala móvel de salários, a aumentos de 10% da inflação. O que mudou? Para o PMDB, os salários antes não geravam inflação e agora são um elemento fundamental? Que piada de mau gosto.

Recentemente a economista Maria da Conceição Tavares lançou a proposta de reajustes móveis a cada aumento de 30% da inflação. A base da proposta (escala móvel) é importante, lógico. Mas como disse Jair Meneghelli, em entrevista comentando esta proposta, ela não satisfaz pois, no atual quadro, significaria uma forma de reajustes quadrimestrais. Olha o pulo do gato (ou da gata): ela refrescaria mais para o governo e os patrões.

A trimestralidade é uma reivindicação que unificou o conjunto do movimento sindical. A alteração desta proposta ou o surgimento de novas, neste momento, pode significar a introdução da confusão no movimento. Por outro lado, sua conquista é uma base sólida para que o movimento se lance, aí sim, na conquista da escala móvel. Não esta bobagem proposta por Conceição Tavares, mas o reajuste mensal de salários, única proposta razoável no atual quadro inflacionário.

Os trabalhadores avançam em suas propostas...

Começam a ser definidos os preparativos para as atividades de 23 de outubro, Dia Continental contra a Dívida Externa e o FMI. No dia 8 de outubro, reuniram-se na Assembléia Legislativa de São Paulo, as pessoas que compareceram a Havana por ocasião da Conferência Sindical, que definiu a realização do 23 de outubro. Esta reunião foi convocada por Jair Meneghelli, designado em Havana como um dos coordenadores das atividades no Brasil.

Antes da realização desta reunião, a CUT já havia preparado o material fundamental de convocação para o 23 de outubro. Tendo como concepção básica que o Dia Continental é um primeiro passo na campanha contra o pagamento da dívida externa e o rompimento com o FMI, a CUT planejou um material que tem como objetivos: a conscientização dos trabalhadores, a denúncia da dívida externa e da política do FMI — implantada no país e mantida até hoje pelo governo da “Nova República”.

Nesta reunião, ficou acertada a proposta de realização de um ato na sede do Sindicato dos Bancários. Este ato deverá combinar várias atividades que estão sendo planejadas. As duas principais, referem-se às campanhas salariais dos funcionários públicos estaduais. Eles marcaram uma paralisação para o dia 23, ligando as suas reivindicações à questão da política de austeridade e ao pagamento da dívida. Também a direção da campanha salarial unificada decidiu reforçar as manifestações do Dia Continental.

Apesar da compreensão de que ainda estamos dando os primeiros passos

nesta luta, é necessário entender que ela é uma luta central para o movimento operário e popular. O governo Sarney insiste em sua política de avançar nas negociações, garantindo o pagamento dos juros e tentando postergar o principal que vence a curto prazo (nos próximos 4 anos vence cerca de 44% da dívida, ou seja, o Brasil terá que pagar

45,6 bilhões de dólares (isto sem contar os juros que incidem todo ano).

A manutenção desta proposta, num quadro econômico internacional que aponta para novo ciclo de recessão, poderá comprometer substancialmente qualquer perspectiva de conquistas mais profundas por parte do movimen-

to sindical. Nesta conjuntura, recai sobre a CUT a principal tarefa de fazer avançar o movimento sindical, incorporando os vários setores que se dispõem a esta luta, apontando para uma resposta global dos trabalhadores latino-americanos, intervindo decisivamente no processo de unificação internacional.

...Já a burguesia e os governos...

Realizada de 4 a 10 de outubro, em Seul, capital da Coreia do Sul, a 40ª Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, terminou sem que houvesse nada que alterasse os rumos da negociação das dívidas externas.

Havia uma certa expectativa, estimulada pela grande imprensa em escala mundial, na resposta política que seria dada pelos Estados Unidos às “reclamações” dos países devedores. O secretário do Tesouro, James Baker III, apresentou: ampliação dos recursos dos bancos privados em 20 bilhões de dólares, nos próximos três anos, para todos os devedores. Ou seja, quase nada. Esses recursos, obviamente, seriam destinados a financiar os países que estivessem com dificuldades de pagar os juros que devem aos próprios bancos privados.

Além dessa “ampliação de recursos”, o secretário do Tesouro americano reconheceu o que já era óbvio para todos e uma certa necessidade para o imperialismo, em particular o americano: além dos ajustes econômicos, deve haver uma retomada do cres-



Jacques de Larosière:
FMI “monitora”



Alan Garcia:
apesar das
ameaças,
continua no FMI



Paul Volcker: Estados
Unidos ditam a linha

cimento econômico desses países. Esse reconhecimento derivou de duas questões: o fracasso evidente das políticas recessionistas do FMI (não deu certo em nenhum país do mundo), e a necessidade da economia americana aumentar as suas exportações para diminuir o seu déficit comercial (o que motivou a recente desvalorização do dólar frente às moedas européias).

Quanto ao papel do FMI, continua a ser “central” no monitoramento das

economias endividadas. E as negociações devem ser realizadas país a país: nada de negociação em bloco com os devedores. Frente a esta ausência de mudança no sistema financeiro, nenhuma reação dos governos presentes. O Peru anunciava que se retiraria do FMI caso não houvesse mudanças substanciais, mas nada fez, a não ser anunciar como efetuar o pagamento de sua dívida.

A dívida e Funaro

Na partida da delegação brasileira, muito estardalhaço: chegou-se a anunciar uma proposta à peruana, estabelecendo um estreito vínculo entre a dívida e as exportações...mas, o mais provável é a persistência da busca de um novo acordo com o Fundo, onde haverá uma grande preocupação com um certo reescalonamento da dívida. Entre 1985 e 1988 deverão ser pagos quase 50 bilhões de dólares da dívida. A essência da negociação do governo brasileiro com os bancos está na busca do adiamento desse pagamento, lançando-os para o futuro, reescalando-os. O México fez uma negociação que alterou o perfil de sua dívida revendo seus prazos de pagamento. Este seria o objetivo e modelo para as negociações por parte do governo brasileiro. Só que os banqueiros já levantam a hipótese de apenas adiarem o pagamento do que vence nos dois próximos anos, não aceitando uma negociação mais abrangente da dívida brasileira enquanto Funaro fala em um reescalonamento de 16 anos.

Nessa negociação não se discute o pagamento “sagrado” dos juros: 12 bilhões de dólares este ano. O que se discute é a concessão de maiores facilidades para o capital estrangeiro atuar no país, fim do “protecionismo” (leia-se reserva de mercado para a informática), fim do subsídio à exportação de alguns produtos brasileiros etc.

A nova Ordem Econômica em debate

Com a ampliação dos debates em torno da questão da dívida externa, um dos pontos que começa a surgir como uma questão polêmica é o que se refere à reivindicação da Nova Ordem Econômica Mundial. Alguns artigos já publicados em jornais de esquerda, tem apresentado visões que variam entre o sectarismo puro e simples com a direção cubana — e por aí contra qualquer proposta apresentada ou apoiada por esta direção — até a mais pura incompreensão do que se trata.

É importante separar algumas coisas. A proposta de uma Nova Ordem surge na ONU em 1974, no sentido do intercâmbio comercial norte-sul, de como aprofundar e melhorar as relações de troca. É inclusive este caráter que é dado à proposta por vários setores do movimento sindical latino-americano, inclusive a direção castrista.

Contudo, mais do que levantar os limites desta concepção, ou se perder em fúteis e idiotas polêmicas — como as que pretendem levantar os companheiros da Convergência Socialista e do Trabalho ao alegar que Fidel pretende dar uma receita para salvar o



Fidel Castro: na luta por uma Nova
Ordem Econômica

capitalismo, o que o próprio Fidel diz, obviamente, com um forte conteúdo tático e diplomático que os companheiros da CS e do OT não conseguem compreender — devemos compreender o caráter de transição que pode ter esta proposta e o conteúdo que deve ser dado pelo movimento operário e popular.

A reivindicação de Nova Ordem deve ser encarada em duas linhas principais: a primeira delas no que se refere à negação do atual modelo de

exploração a que estão submetidos os países subdesenvolvidos, conferindo um forte caráter antiimperialista a esta bandeira. Em segundo lugar, devemos dar a ela um conteúdo que reflita os interesses do movimento operário e popular. Este conteúdo expressa-se na negação dos modelos de política econômica de austeridade aplicados pelos países. Políticas ditadas pelo próprio imperialismo.

Também devemos expressar este conteúdo na busca do fortalecimento das relações comerciais sul-sul, e dos países subdesenvolvidos com o Comecon, criando uma alternativa concreta às relações com o imperialismo, fortalecendo as possibilidades de união entre os trabalhadores destes países e contestando as políticas governamentais.

Sem dúvida, este caráter permite incorporar um eixo antiimperialista e antipatronal à bandeira, não produzindo ilusões quanto a capacidade dos governos ou da burguesia em satisfazer as necessidades dos trabalhadores e do povo, mas sim a necessidade urgente de que estes assumam concretamente o combate à dívida e ao FMI.

Eleições para prefeito

O que indicam as pesquisas

Ao contrário do que previam muitos pessimistas, as campanhas para as prefeituras estão sendo boas para o PT, e confirmam a correção da sua orientação política fundamental, de manter a independência de classe dos trabalhadores e de defender intransigentemente seus interesses.

Como sempre acontece em época de eleições, muitas pesquisas são divulgadas. Três têm um âmbito mais nacional: as dos institutos Gallup e Ibope, e a da "Folha de São Paulo". Naturalmente, todas elas devem ser avaliadas com reservas, em particular no que indicam sobre as porcentagens do PT. No entanto, se as analisamos em conjunto, podemos considerar que dão um quadro aproximado da situação geral das perspectivas eleitorais.

As pesquisas divulgadas na primeira quinzena de outubro, pouco mais de um mês antes das eleições, sugerem algumas conclusões políticas importantes.

A primeira, é que o desgaste das forças da Aliança Democrática, que tínhamos assinalado nas edições anteriores deste jornal, ainda é muito limitado no plano eleitoral. O desgaste mais evidente é o do governador de São Paulo, Franco Montoro: mas, mesmo neste estado, o candidato do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, aparece em primeiro lugar nas pesquisas, batendo sempre por pequena margem Jânio Quadros (com uma votação entre 30 e 40%, muito inferior aos quase 50% que o PMDB teve em São Paulo em 1982).

O PMDB em geral tem mostrado uma grande força eleitoral, e tem crescido em quase todas as capitais (as exceções mais notáveis são o Rio de Janeiro, onde seu candidato, o chaguista Jorge Leite, declina e parece já fora do páreo, e Florianópolis, onde seu candidato, Edson Andrino, também tem caído). Em Belo Horizonte, o PMDB deu um salto espetacular, e de uma derrota quase certa passou para uma provável vitória. As razões disto são bastante claras: a legenda ainda mantém uma força significativa, herdada do antigo MDB e reforçada com o sucesso da transição tancredista; o PMDB é hoje o partido que detém as maiores máquinas eleitorais, e em eleições reliazadas nos moldes burgueses isto tem um peso evidente; o critério de divisão de tempo de televisão beneficia amplamente o PMDB; e, finalmente, ainda não existe uma força operária e popular com força suficiente para representar uma alternativa viável para as massas em geral. Assim, o PMDB compensa o desgaste que começa a ter com uma máquina maior — reforçada inclusive pelos governos estaduais que conquistou — e se mantém.

Já seu parceiro na Aliança Democrática, o PFL, está se saindo bem pior — provavelmente pelo peso que represen-

ta ser herdeiro do PDS. Com a queda em Belo Horizonte, só resta a este partido a perspectiva de ganhar em São Luís e as esperanças do Rio de Janeiro, além dos lugares em que participa de coligações em que não é o parceiro principal.

O fato de que em muitos lugares o PMDB e o PFL se enfrentam certamente provoca fraturas na Aliança Democrática. No seu interior, o PMDB se reforça em detrimento do PFL, o que também tem um efeito de desestabilizá-la. Mas não devemos exagerar estes efeitos: o fato que a polarização muitas vezes se dê entre os parceiros da AD tem também a consequência de que são evitadas polarizações mais perigosas, como entre a AD e o PT, onde aí sim, o que estaria em questão seria a estabilidade do regime.

Dos partidos que concorrem pela primeira vez nestas eleições, merece atenção o fraquíssimo resultado do PCB. Este partido concorre em poucos lugares; em Curitiba retirou seu candidato, apoiando contra a vontade deste último o candidato do PMDB. E no único lugar onde o PCB tinha condições de ter um bom resultado, no Recife, seu candidato vem perdendo espaço. Também o PSB sairá enfraquecido destas eleições: a não ser no Recife, e em parte no Rio, onde este partido na verdade funciona como uma sub-legenda do PMDB, seus resultados são irrisórios.

O PDT é um partido que está crescendo, embora de forma muito pouco significativa. Deverá ganhar as eleições do Rio e de Porto Alegre, e disputa em Curitiba. Mas em São Paulo está tendo uma queda vertiginosa. Não será fácil que ele consiga realizar o seu projeto de se apresentar como uma alternativa no plano nacional à Aliança Democrática.

Um crescimento do PT

Finalmente, os resultados indicados nas pesquisas representam um avanço importante para o PT. Não será fácil, como já sabíamos, que ganhe as eleições em alguma capital. Estas eleições são um terreno desfavorável para o partido, por várias razões: o critério de divisão de tempo na TV prejudica o PT; eleições que são realizadas em moldes burgueses beneficiam partidos que têm grandes recursos econômicos; eleições onde concorre um só candidato têm um caráter menos partidário, mais despolitizado, mais centrado nas personalidades dos candidatos; do mesmo modo, eleições municipais tornam algo mais difícil a contraposição política das propostas.



As mobilizações, como a greve dos bancários, aumentam o apoio ao PT

Avaliados globalmente, os resultados do PT indicados nas pesquisas são claramente superiores a 1982. Em alguns casos, o crescimento é espetacular: em Fortaleza, o PT aparece com entre 9 e 12% dos votos, contra cerca de 1% em 82; em Vitória, com 13%, e tendência a crescer, contra quase 2% em 82; em Goiânia, com 8%, contra 1% em 82; em Belém, com entre 5 e 7%, contra pouco mais de 1% em 82; em Manaus, com 6%, contra pouco mais de 1% em 82. Florianópolis, com entre 4 e 6%, contra 1% em 82. Em outros casos, embora com variações até agora menores, também já se supera 82: São Paulo, onde todas as pesquisas indicam a ascensão do PT, já com algo em torno de 15%, podendo subir mais, contra cerca de 13% em 82; Porto Alegre, com mais de 4%, contra cerca de 3,5% em 82; João Pessoa, com 3%, contra 1% em 82; Salvador, com 3,2%, contra pouco menos de 2% em 82. Em alguns destes lugares, o crescimento se explica pelo fato de o PT ter recebido novas adesões: em Fortaleza, Belém e João Pessoa, os atuais candidatos concorreram em 82 pelo PMDB, sendo respectivamente deputada estadual (Maria Luiza, de Fortaleza), vereador (Humberto Cunha, de Belém) e suplente de deputado federal (Wanderlei Caixa, de João Pessoa). Nos outros casos, não houve adesões deste tipo, mas o partido cresceu.

O único lugar onde até agora o PT tem nas pesquisas uma porcentagem claramente inferior a 82 é no Rio de Janeiro (ver matéria na página 8). Mesmo em Belo Horizonte, onde o partido está sendo prejudicado pela absurda atitude da maioria da Executiva Estadual, especialmente do seu presidente, de combater o candidato do partido, a candi-

datura do PT está tendo um claro crescimento segundo as pesquisas, com a tendência de chegar a um resultado semelhante ao de 82 (cerca de 6%). --

Perspectivas favoráveis

Assim, o resultado indicado já agora pelas pesquisas é positivo para o partido nas capitais. Em outros municípios, como Cubatão (SP), Paulo Afonso (BA), Santarém (PA), Xapuri (AC), o PT disputa inclusive para ganhar.

Isto nos autoriza a encararmos com otimismo as possibilidades do partido. Sofreu um momento de isolamento, com a ascensão do tancredismo e as ilusões na transição da Aliança Democrática. Mas resistiu às pressões, manteve uma linha de defesa da independência de classe, de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e de todos os setores populares, e começa a colher os frutos do seu acerto. Apesar das suas debilidades, o PT é a expressão política natural dos setores mais combativos dos movimentos populares, que têm desenvolvido lutas que se enfrentam de forma crescente com a Nova República dos patrões. Apesar destas eleições serem desfavoráveis para o PT, ele cresce. E cresce justamente por se identificar com as lutas populares (e não pela particularidade de alguma campanha, por alguma mudança de estilo — este fator, se existe, é secundário).

Assim, o mês final da campanha merece todo o nosso esforço para crescer um pouco mais. Não podemos desprezar o que representa ganhar mais alguns pontos percentuais: cada um por certo a mais nos reforçará, tanto para as próximas eleições, quanto para as tarefas gerais do partido na luta de classes.

Prefeitura do Rio:

Entre o mar e o rochedo, fortalecer o PT

Joaquim Soriano e João Rovatti



Leite: Chagas domina o PMDB



Saturnino: renovando o populismo



Cerqueira: ajudando Sarney



Farias: contra a maré

A "Frente Rio": mais uma alternativa de apoio à Aliança Democrática. O PDT investe na cooptação de dirigentes do movimento popular. O PT passa por dificuldades: boicotes da imprensa e sem o apoio de seus parlamentares.

A dinâmica geral e dominante da campanha para a prefeitura do Rio é a despolitização, as acusações e denúncias entre os candidatos que apoiam a Aliança Democrática e o candidato do governador Brizola.

Esta dinâmica cria o desinteresse da população e portanto um "clima frio" para a disputa. Contribui para tanto as normas que o TRE impõe, pretendendo cumprir a legislação eleitoral.

No princípio o PMDB e o PFL tentaram realizar comícios, o que foi um retumbante fracasso. Tão grande que nem a imprensa que apóia estes candidatos pôde esconder. Medina (PFL) não reuniu 200 pessoas e Jorge Leite (PMDB) na região tradicional dos currais chaguistas (Madureira), com anúncio na TV e a presença do governador de São Paulo não colocou 2000.

Grande parte destes não representam muita coisa além de sua própria vontade. É difícil encontrar algum eleitor na cidade que saiba o nome de todos os candidatos. E ainda mais difícil é encontrar alguém que relacione o candidato com o partido.

Dado a rigidez do TRE a campanha corre mesmo é através do rádio e da TV. Nas meias horas do "horário político" vemos e ouvimos um longo desfile de oradores, na sua maioria, com 1 minuto para apresentarem-se. No fundo não apresentam nada. Não têm uma proposta política que sustente uma plataforma de governo.

O caso mais exemplar é o de Carlos Imperial, do Partido Tancredista Nacional. Este aparece rodeado de mulheres de biquini, cantando "Cidade Maravilhosa". Outra vez faz mímica imitando outros candidatos. Tenta aliciar as crianças, com uma tal de "patrulha mirim". A última ousadia foi colocar o Polilla (testemunha do caso Baungarten) lançando-se candidato a deputado federal pelo PTN!

Contrariando, aparentemente, as nossas expectativas, o candidato a vice do PDT terminou sendo Jó Resende (ver EM TEMPO n° 202). Aparentemente, pois o Jó vice do PDT não é mais a liderança da FAMERJ, mas sim um brizolista raivoso que comanda as claqueas do PDT que impedem o desenvolvimento dos debates em que participa, no melhor estilo chaguista. Mais brizolista que Saturnino, é o melhor exemplo de como o populismo se rela-

ciona com o movimento popular organizado: alicia as lideranças, tenta desarticulá-lo e criar uma expectativa de que é o governo que resolve os problemas do povo.

Frente Rio: Alternativa?

Neste quadro confuso, em que se desenvolvem as eleições no Rio, uma questão pelo menos precisa ser melhor analisada e compreendida, e certamente deve estar despertando indagações de muitos companheiros petistas: por que não participar da Frente Rio, constituída pelo PSB, PCB e PC do B (candidatura Cerqueira-Saldanha)?

A resposta a esta indagação pode ser buscada na postura que vem assumindo o candidato da Frente, Marcelo Cerqueira. Recentemente, em debate realizado na UFRJ, diante de mais de 1000 estudantes, professores e funcionários, após se apresentar como "marxista", citar vários "clássicos" e fazer a apologia da Frente Rio como o "embrião de um novo bloco de forças socialistas e populares", Cerqueira se esquivou de responder a questões como estas: esta aliança de forças (PSB PCB, PC do B) é uma proposta alternativa a AD e ao populismo, ou seria um casuismo eleitoral, particular ao Rio de Janeiro? Foi a vontade de constituir um "novo bloco de forças" ou foi a derrota para o chaguismo na convenção do PMDB quem definiu a Frente Rio? Porque esta aliança não se repete em nenhum outro lugar, como Recife por exemplo?

Cerqueira, que nos últimos dias mudou de tática, passando da defesa sem rodeios da Aliança Democrática para crítico moderado dos "aspectos negativos da Nova República", não conseguiu sair dessa.

Depois de afirmar que a Aliança Democrática é uma etapa necessária para a construção da democracia no país, e enaltecer que hoje não há censura nem presos políticos, e ainda que, pelo contrário, a Nova República processa Abi Ackel e Newton Cruz, Cerqueira citou seu exemplo pessoal como prova dos espaços oferecidos pela nova situação por que passa o país: ele próprio é consultor do Ministério da Justiça, e está licenciado para fazer sua campanha, sem sofrer a menor pressão...viva a democracia!

Tudo fica mais claro ainda quando se pensa na "confusão" que sua candidatura gerou no seu próprio partido e em outros setores que apoiavam uma atitude de "crítica responsável à Aliança Democrática e de boas relações com o Gov. Brizola". Cerqueira foi praticamente imposto como candidato da Frente Rio, logo após a derrota da "esquerda" do PMDB para o chaguista Jorge Leite.

E o PT nesta história? Pois bem, dois dias antes da convenção oficial do PSB (realizada no último prazo possível previsto pela Justiça Eleitoral), o PT foi convidado a participar da Frente Rio. O candidato seria Pinguelli Rosa (ex-presidente da ANDES). O PT não se negou a avaliar esta hipótese, em que pese o prazo de apenas 48 horas para uma definição, muito pouco para um partido que se constitui por instâncias democráticas que precisam ser necessariamente acionadas para decisões de tal importância. Pouco depois, a Executiva do PT foi comunicada que o PSB decidira pela candidatura de José Eudes, e, algumas horas antes da convenção, de que finalmente o candidato seria Marcelo Cerqueira!

Queremos uma "Frente de esquerda"? Sim! Queremos e lutamos por um bloco de forças operárias e populares que queiram construir uma alternativa política dos trabalhadores.

Mas a aliança com o governo (no caso, concretamente, uma sub-legenda do PMDB)? Não! As palavras "socialista" e "comunista" não podem se associar à defesa de um governo que mantém a lei anti-greve, que quer uma constituinte biônica, que deixa impunes os assassinos de trabalhadores rurais e entrega aos militares a "tarefa" de elaborar o Plano Nacional de Reforma Agrária!

Para além da afirmação destas questões, o PT do Rio, no limite "entre o mar e o rochedo", precisa desde já fazer uma profunda reflexão, definindo uma política clara de alianças dentro do seu campo de construção partidária. Para que isto se torne uma realidade, o PT, antes de mais nada, precisa se fortalecer.

A campanha do PT

As candidaturas de Wilson Farias e Miriam Limoeiro são as que encon-

tram maiores dificuldades dentre todas que o PT lançou nas diversas capitais. A campanha eleitoral encontrou o partido dividido e mesmo setores que apoiaram na convenção a política vitoriosa não se integraram na campanha. Os deputados estaduais (Lizt e Lucia) apóiam publicamente a candidatura Saturnino. Para analisar e se posicionar sobre este fato o Diretório Regional na reunião de outubro acionou a Comissão de Ética, uma vez que o descontentamento da base partidária exige o enquadramento dos parlamentares e rejeita este elevado grau de indisciplina. Quando parlamentares do PMDB e do PDT anunciaram apoio a outras candidaturas imediatamente seus respectivos organismos de direção propuseram a expulsão. Nestes casos os tais dissidentes recuaram imediatamente.

A campanha do PT é sistematicamente boicotada pela grande imprensa. É claro que não esperamos o apoio do Sr. Roberto Marinho ou Nascimento Brito (JB), mas a safadeza chega ao ponto de passar matérias sobre debates realizados, onde o PT se deu muito bem, e nem ao menos citarem que nossos candidatos estavam presentes. O JB chegou ao ponto de publicar uma foto com o Wilson em primeiro plano e não citar o seu nome na matéria, nem o PT.

Lutando contra todas estas dificuldades a campanha acontece. Desde o primeiro dia aparecemos na TV. Conseguimos realizar uma programação muito bem feita e aproveitamos o nosso minuto e doze segundos apresentando nossa plataforma de oposição ao governo federal e ao governo estadual.

A candidatura do PT tem tido enorme receptividade entre os trabalhadores que se mobilizaram e enfrentaram o governo Sarney e o governo Brizola. Entre os metroviários, bancários, profissionais da saúde. Com o povo que luta está o PT. Nos bairros pobres e nas favelas, onde os moradores estão organizados, o PT está presente.

Enfrentar este desafio, construindo um perfil político bem definido, se identificando com as reivindicações do povo trabalhador é o objetivo da campanha. Um objetivo estratégico que a demagogia do voto útil não pode atrapalhar.

João Pessoa

Candidatura do PT se fortalece

Júlio Tavares

A entrevista que agora publicamos com Wanderley Caixa, candidato do PT a prefeito de João Pessoa nas próximas eleições municipais, junto com o combativo Anísio Maia, diz de um novo momento político que se abre em todo o Nordeste. Um momento político em que o movimento operário e popular verifica que o PMDB, que tinha sido o grande partido que canalizou as esperanças de amplos segmentos oposicionistas, populares, na luta contra a ditadura militar, hoje passa a ser dirigido por setores burgueses de direita, muitas vezes se aliando aos setores mais tradicionais, mais conservadores da sociedade. O índice de 63% de indecisos que se tem verificado existirá nas pesquisas realizadas em João Pessoa indicam o impacto que isso causou nesses setores. O PT vai se transformando, no processo eleitoral, na única oposição popular real existente.

Wanderley Caixa é advogado. Defendeu presos políticos. Foi o primeiro presidente do primeiro centro de direitos humanos criados pela Igreja no Brasil. É atualmente advogado de vários sindicatos rurais. Suplente de deputado federal pelo PMDB. Presidente do Centro dos Direitos Humanos da Paraíba. E, cada vez mais preferido pelos eleitores ligados às camadas populares e exploradas da capital.

— O que tem significado a sua candidatura para o movimento operário e popular aqui na Paraíba?

— Wanderley: Antes de tudo minha candidatura reflete a nova conjuntura, a da chamada Nova República, o esfacelamento dos partidos tradicionais e o crescimento da consciência do movimento popular aqui no estado. Ela reflete a frustração de muitos setores populares, como os camponeses e agricultores, com a atual situação. Essa frustração tem possibilitado o processo de conscientização popular que verifica que os setores que compuseram a Nova República são ligados ao alto capital, a propriedade da terra e também ao capital estrangeiro que age dentro do nosso país. Essa minha vinda para o PT foi apenas uma oportunidade. Nas eleições de 82, ainda dentro do PMDB, defendíamos candidaturas populares. E as propostas que defendíamos então se identificam hoje e também naquela época com as propostas do PT. É verdade que então fazíamos uma outra avaliação da conjuntura, da oportunidade e do espaço político dessas candidaturas. Tivemos agora apenas a oportunidade de passagem para o PT.

Aqui na Paraíba há um fenômeno que devemos ter presentes em uma análise. Não sei se acontece em outros estados. Aqui o processo de formação da Aliança Democrática levou a fusão do PDS, do PFL e do PMDB. Sendo que o PMDB sofreu, com isso, uma profunda reestruturação. Durante o período que antecedeu a convenção municipal, durante esta e posteriormente à sua realização, houve uma série de divisões internas no PMDB. Grupos da classe dominantes, não apenas a direita, assumiram a direção do PMDB aqui no estado. Alguns segmentos do PMDB romperam com o partido e começaram a se ligar com o PTB, PC



do B e com setores que se identificam com os usineiros do estado. Temos pois dois candidatos de coligações. Um apoiado pelo governador, com o PDS, PFL e PMDB. Outros com os usineiros, com o PTB e com o PC do B. Sobre então um espaço para uma oposição no sentido amplo, além da partidária, uma oposição política que represente os setores populares. É nesse processo que nós fomos puxados pelo PT. Acreditamos que o PT tem condições de puxar outros setores descontentes ou que não tinham uma identificação partidária para a formação de um grande leque de oposição popular.

— Como tem atuado o PT na campanha aqui, como tem tornado possível a participação, a convergência de novos segmentos com sua candidatura?

— Wanderley: É necessário termos presentes que estamos enfrentando todo um poder econômico muito forte e os casuismos apresentados pela Nova República no sentido de impedir a qualquer custo a formação de um espaço para formação de uma oposição. Isso é revelado pelo uso e abuso do poder econômico. Aqui esse poder econômico tem buscado massacrar o setor popular com a sua propaganda eleitoral. De um lado, o governo federal, o estadual e o municipal com muito dinheiro. Do outro, também com muito dinheiro, o candidato dos usineiros e com tudo o que significa, nesse aspecto inclusive, a articulação que é hegemônica pelo Jânio e que conta com o apoio de Delfim Neto e de Maluf. E, se nós verificarmos que o PT é um partido pobre, que as eleições de 82 acabaram por enfraquecê-lo aqui um pouco, que tem deficiências estruturais, que não é um partido que tem uma campanha profissionalizada como os outros, inclusive porque não conta com apoios econômicos e sociais semelhantes, e

nifica um índice tão elevado? Como sua candidatura pode chegar a esse grande contingente de eleitores?

— Wanderley: Uma campanha eleitoral necessita de votos. Existe um índice de 63% de indecisos, de acordo com as pesquisas. Existe também um crescimento constante da minha candidatura. As pesquisas oficiais são um processo de indução do eleitorado e nós sempre colocamos muitas dúvidas sobre elas. Mesmo assim elas dizem desses índices. E eles refletem, mesmo assim, que existe uma imensa frustração do eleitorado com todo o processo político, com a forma como ele foi gerado. Significou para o povo um forte golpe. Por isso um índice tão elevado de indecisos. Do outro lado a nossa candidatura aparece como a oposição popular. E, daí sua atração. Contudo não vai ser fácil romper com o dique da propaganda eleitoral que tenta criar os setores burgueses. O poder econômico é muito forte. Os jornais, inclusive, nos dão um espaço reduzidíssimo. Em alguns momentos se chegou a dizer que matérias sobre a nossa candidatura só pagando. E nos mandaram a tabela de preços. Além disso estamos sendo processados por crime eleitoral porque apareceram uns poucos cartazes da minha candidatura em muros. Isso não é possível. Possível é o candidato do governo e o candidato dos usineiros usarem e abusarem do poder econômico para as suas propagandas. Mesmo assim acredito que podemos captar boa parte dos votos dos indecisos.

— E que futuro político podemos esperar tendo em conta os resultados do próximo 15 de novembro?

Wanderley: Possivelmente depois de 15 de novembro teremos um PMDB capenga e que não vai ter mais condições de se apresentar como oposição. Vamos ter um esfacelamento de partidos tradicionais. Vamos ter a criação de outros. Todo o espaço que se caracterizava anteriormente como o de uma grande oposição popular continua a existir. Nosso esforço aqui, e o esforço do PT em todo o Brasil deve ser para construir um grande partido, um partido alicerçado na massa para depois das eleições, seja qual for o resultado da mesma.

que mesmo com tudo isso a campanha tem crescido, devemos entender que isso se dá, fundamentalmente, porque existe uma nova conjuntura política. Uma nova conjuntura onde grupos começam a se organizar espontaneamente e mesmo não sendo do partido, se identificam com ele, com suas propostas, com o fato dele representar a única e verdadeira oposição existente aqui no estado. Esse processo de identificação com a nossa candidatura tem aumentado. Temos recebido apoio, solidariedade e diversas formas de colaboração de setores populares. Setores de comunidades de base da Igreja, que já antes, em 82 apoiaram minha candidatura à deputado federal no PMDB, voltaram a nos dar esse apoio. Um setor mais pela esquerda e que segue as orientações de Luís Carlos Prestes também passou a nos apoiar.

— Aqui em João Pessoa existe um índice de 63% de indecisos. O que sig-

Volta Redonda (RJ)

A campanha nas fábricas

A eleição para prefeito em Volta Redonda está polarizada entre o candidato do PFL-PTB, Nelson Gonçalves e o candidato do PDT, Clinger.

A candidatura do PDT recebeu um importante reforço: a adesão do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Juarez Antunes. Junto com Juarez está grande parte da diretoria.

A adesão do presidente do Sindicato não foi acompanhada pela maioria dos ativistas do sindicato, que estão empenhados na campanha do candidato do

Partido dos Trabalhadores, o metalúrgico Edson Santanta.

A campanha do PT

A campanha do PT tem se centrado até agora, principalmente, nos bairros de periferia da cidade. Agora, com o apoio dos principais ativistas metalúrgicos, a campanha do PT será fortalecida, priorizando o trabalho nas fábricas. Em especial, na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O que trará importantes frutos para a campanha e para o Partido.



VOTE E LUTE PT 85

Belo Horizonte

As greves, o crescimento do PT e a "convenção"

As greves desgastaram o PMDB e fortaleceram o PT. PT abre o seu programa de TV para o movimento em luta. Cresce o apoio ao Partido entre o movimento operário e sindical. Dificuldades criadas pelo deputado Luis Dulce não impedem o crescimento do PT.

A campanha do Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte vem tendo um notável crescimento. E este fato é ainda mais importante porque o crescimento está se dando estreitamente vinculado ao movimento operário e popular, às lutas travadas pelos trabalhadores.

O fato mais importante foi o avanço da identificação da categoria metalúrgica de Belo Horizonte, Contagem e Betim, que acaba de realizar uma greve importante, com o PT. A greve e o comportamento dos vários partidos com relação a ela ajudaram a categoria a ver quem está do seu lado e quem está contra. O PMDB saiu muito desgastado: a greve foi muito reprimida. Na região industrial de Belo Horizonte, um comitê eleitoral de Sérgio Ferrara, candidato a prefeito pelo PMDB, foi depredado por grevistas. Numa assembléia do sindicato dos metalúrgicos de Betim, quando foi lida uma carta de apoio de um deputado do PMDB, o Mares Guia (que passou do PT para o PMDB), recebeu estrondosa vaia. Pior sorte teve um militante do PC do B que quis falar em nome do PMDB na assembléia do sindicato de Belo Horizonte e Contagem: quase foi linchado.

O apoio levado pelo PT, por outro lado, foi sempre bem recebido. Falando em assembléias, o candidato a prefeito Virgílio Guimarães foi muito aplaudido. Nos piquetes (como diante da maior fábrica da região, a Mannesmann) o apoio do partido foi saudado com gritos de "PT, PT".

PT abre a TV para o movimento

O PT abriu seus programas na televisão e no rádio para que os líderes da greve falassem. O mesmo foi feito com relação a lideranças dos comerciários, que estão em campanha salarial.

Também entre os trabalhadores rurais cresce a identificação com o PT. No dia 11 a FETAEMG promoveu uma grande manifestação em Belo Horizonte em favor da Reforma Agrária, que reuniu mais de cinco mil pessoas, muito radicalizadas, e contrárias ao plano do governo. Virgílio Guimarães fez um discurso emocionado e muito aplaudido.

Na quinta-feira, dia 17, Lula estará em Belo Horizonte dando apoio à campanha do partido. Está programada uma passeata e um debate com trabalhadores e sindicalistas sobre o PT. Agora, o partido está se preparando também para a manifestação do dia 23 de outubro contra o FMI e a dívida externa.

Naturalmente, um crescimento como o que o PT está tendo no movimento sindical não significa obrigatoriamente uma enorme votação do candidato a prefeito. Mas, ainda assim, todas as pesquisas estão apontando um crescimento significativo das intenções de voto no PT. As pesquisas realizadas pelo jornal *Diário de Minas* a cada semana já estão colocando o PT em 3º

lugar, à frente do candidato do PDT, o ex-prefeito cassado Jorge Carone, indicando para Virgílio 7,5% dos votos. Podemos avaliar que o PT alcançará, portanto, uma votação superior à obtida em 1982 em Belo Horizonte, cerca de 6% dos votos.

Tentativa frustrada de realizar uma convenção

Este crescimento do PT está se dando apesar do esforço em contrário da suposta Executiva estadual do partido, presidida pelo deputado Luis Dulce. Conforme havíamos informado anteriormente, desrespeitando uma decisão do Diretório Nacional do partido, de não fazer convenções durante a campanha eleitoral. Dulce havia convocado uma convenção do partido para renovar a direção estadual. A articulação "O PT na luta pelo socialismo" e outros setores do PT, como os diretórios municipais de Itaúna e Divinópolis, preferiram ficar com o Diretório Nacional e não reconheceram a validade da convenção.

No dia 12 Dulce realizou uma reunião da sua articulação, e no dia 13 foi realizada a "convenção". Formalmente, estiveram presentes no início 200 delegados (alguns obtidos através de fraudes comprovadas), um pouco acima do quórum mínimo (189). Mas já na primeira votação, que foi sobre a composição da nova Executiva, não chegaram a votar 160 delegados. E logo em seguida 37 delegados, liderados pelo suplente de deputado federal, Apolo Heringer, saíram rasgando os crachás, em protesto contra a decisão de se adotar uma Executiva "pura" do grupo de Dulce.

Ficaram assim pouco mais de 100 delegados, muito abaixo portanto do quórum. Destes, 7 delegados, identificados com o jornal "O Trabalho", se abstiveram em protesto também contra o monolitismo de Dulce.

Para finalizar a "convenção", mais um acinte ao partido: Paulo Delgado, membro da Executiva Nacional do PT, propôs uma moção de apoio à campanha do partido em Belo Horizonte, e Dulce encaminhou contra, obtendo grande maioria!!! É evidente que uma reunião sem quórum que se encerra com uma moção contra a candidatura do PT na capital do estado não pode nem de longe ser chamada de "convenção" do PT.

A articulação "O PT na luta pelo socialismo" entrará com um recurso no Diretório Nacional contra o reconhecimento desta "convenção", e em favor da realização de uma verdadeira convenção do partido, unitária, no início do próximo ano. Naturalmente, será necessário também levar o caso do comportamento escandaloso do deputado Dulce para a Comissão de Ética do Diretório Nacional.

Uma coisa incompreensível foi a presença na "convenção" do companheiro Apolônio de Carvalho, membro da Executiva Nacional. Apolônio chegou

até mesmo a levar uma posição da Comissão Política da Executiva Nacional de que a "convenção" era legítima, porque a decisão do Diretório Nacional de que não se realizassem convenções nos meses de setembro, outubro e dezembro correspondia apenas a um "desejo" (!!! ???).

De tudo isto, fica uma certeza. Apesar dos esforços em contrário de gente como Luis Dulce, o PT cresce pela sua identificação com as lutas dos trabalhadores. O PT é maior do que as mesquinhas de deputados que temem pela sua reeleição.



Virgílio: presente nas assembléias operárias

Proposta das mulheres do PT:

A criação dos "Centros Integrados da Mulher"

"Acreditamos que um aproveitamento criterioso do dinheiro público permitirá um planejamento social voltado para a maioria da população, o PT inclui em seu programa de campanha a criação dos Centros Integrados da Mulher.

As mulheres de Belo Horizonte representam mais da metade dos 2 milhões de habitantes da capital e cerca de 1/3 de sua população economicamente ativa. Elas chegam a superar os homens nos setores de atividades sociais e prestação de serviços.

A Comissão de Mulheres do PT — organizada desde 1982 — elaborou o programa de criação de 76 Centros Integrados da Mulher. Estes centros, distribuídos em nove regiões que reúnem mais de 50 bairros e favelas da cidade, têm por objetivo atender à mulher que, desde que ingressa no mercado de trabalho, arca com uma dupla jornada de trabalho: o emprego remunerado e as tarefas domésticas.

Os centros integrados da mulher — onde a população disporá de creches, restaurantes coletivos, lavanderias públicas e atendimento médico e dentário — serão administrados pelos conselhos de participação popular de cada uma das sub-prefeituras que o PT pretende criar em Belo Horizonte, delegando

poderes reais às administrações regionais, descentralizando as decisões administrativas e colocando toda a população como parte integrante da gestão municipal.

O projeto da comissão de mulheres do PT parte da constatação dos elevados índices de miséria na capital e se apoia, inclusive, na Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, que prevê, em seu artigo 389, §§ 1º e 2º, a obrigatoriedade de construção de creches ou assinatura de convênio com terceiros, entre os quais o poder público, por parte das empresas que empregam mais de 30 mulheres. A lei raramente é cumprida e, o que é mais grave, a discriminação dos empregadores com a mulher que tem filhos aumenta com a grande oferta de mão-de-obra desempregada.

Com o apoio dos diversos sindicatos de trabalhadores, o PT promoverá a criação de creches por meio de convênios entre as empresas e a Prefeitura Municipal. Junto a estas 76 creches a mulher trabalhadora encontrará restaurantes coletivos e lavanderias públicas. Ao assumir a responsabilidade desses serviços básicos, a administração municipal estará, ao mesmo tempo, gerando empregos diretos e garantindo às mulheres uma única jornada de trabalho."

Porto Alegre

Campanha fortalece o Partido

O PT apresenta um crescimento nos índices das pesquisas realizadas. Novas adesões ao Partido. Candidato do PDT foge dos debates na TV. Lula, no comício de Porto Alegre, denuncia a "Nova República".

Entramos na reta final da campanha e já podemos assinalar alguns avanços importantes para o Partido dos Trabalhadores. O primeiro deles é um engajamento muito significativo de novos companheiros ao partido — centenas de novas filiações. Hoje o partido possui 20% mais filiados que em julho.

O segundo é o crescimento da penetração popular do PT — estamos subindo na preferência popular e, a cada dia que passa, podemos observar que o PT nestas eleições apresenta-se com um programa muito mais claro para os trabalhadores. Podemos assinalar ainda o excelente desempenho de nossos dois candidatos, Raul e Clóvis, e o empenho da militância petista, que cresceu sensivelmente à medida em que a campanha apresentou-se mais organizada.

PT sobe

Analisando as pesquisas, podemos observar importantes questões. O PT é o partido que mais cresce, em termos relativos, na preferência do eleitorado porto-alegrense. O PDS está completamente esvaziado enquanto legenda, tem 6% da preferência do eleitorado, enquanto o PT possui 7,5%. O PDT vem caindo, justamente porque não apresenta propostas para a gestão na cidade e seu discurso populista se desgasta. A Aliança Democrática cresceu nas últimas semanas em função do investimento maciço da "Nova República" na campanha, com a vinda de Ministros, e não por acaso, é o partido que possui a parcela mais significativa de eleitores na classe "A", conforme o IBOPE (45%).

uma vez eleitos, traírem descaradamente seus compromissos.

Da parte da "Nova República" três questões importantes polarizaram os esforços e atenções nas últimas semanas: o anúncio do PNRA, o veto à reforma tributária e a ofensiva pelo pacto social.

Frente a tudo isto, o PDT faz uma campanha com eixo em um "Porto Alegre de novo", sem nenhuma proposta, e mantendo completo silêncio sobre as questões nacionais que afligem o povo brasileiro. O PDS quer agora desresponsabilizar-se das consequências de 20 anos de corrupção, repressão e exploração, e Victor Faccioni alega, descaradamente, que ele, o candidato, nunca esteve no poder.

Para dar uma mostra da seriedade das campanhas dos candidatos dos partidos burgueses basta dizer que Carrion faz um grande alarde prometendo beber a água do Guaíba em 86, enquanto na Zona Norte da cidade centenas de pessoas estão sendo afetadas pela poluição da água fornecida pela Dmae, colhida do Guaíba. O projeto de saneamento do Guaíba é uma grande piada, e que custou já bilhões de cruzeiros pagos pela população. O projeto baseia-se na despoluição no estuário do Guaíba, quando as causas da poluição são o despejo de dejetos e produtos químicos pela indústria em inúmeros afluentes do Guaíba, na região industrial do Vale dos Sinos e Jacuí.

Candidatos condenados

Os dois candidatos da Aliança Democrática, Carrion e Fogaça, e o candidato do PDS, Victor Faccioni, foram



Raul: a campanha nas ruas

Mais de 2 mil no Comício

Dia 12 de outubro, na Redenção, mais de duas mil pessoas participaram de um grande comício, com a presença de Lula, Raul Pont e Clóvis Ilgenfritz. Durante todo o dia de sábado foram realizadas mostras de música popular, teatro de bonecos, declamação. Para as crianças foi preparado um espaço de lazer, com brincadeiras, pintura, mágica e teatro. Foi uma demonstração de como se transa a cultura popular e a livre manifestação. Milhares de pessoas que estiveram no Parque da Redenção participaram em algum momento desta grande festa. Foi também uma demonstração de como podemos com criatividade e organização superar a falta de uma infra-estrutura sustentada pelos patrões e construir uma campanha com recursos dos próprios trabalhadores.

Construindo o partido da revolução no Brasil

Lula, em seu discurso no Parque, desafiou todos os partidos a se contrapor à prática do PT, ao lado das lutas dos trabalhadores. Lembrou que em nome da democracia a Nova República já tomou duas importantes iniciativas: "entrou as diretas e agora quer impor a constituinte antidemocrática, não exclusiva, de acordo com o projeto de Sarney". Lula fez um chamamento a todos os trabalhadores a que se engajem na campanha, trazendo outros milhares de trabalhadores à construção do PT.

Raul Pont afirmou a necessidade do PT apresentar-se como alternativa no dia-a-dia dos trabalhadores e disse que esta eleição contribui decisivamente para isso, permitindo ao PT levar propostas concretas na defesa dos interes-

ses dos trabalhadores e demonstrando a viabilidade de reais mudanças na sociedade brasileira. Concluiu afirmando que "estamos construindo o partido da revolução socialista no Brasil".

Olívio Dutra, presidente regional do Partido, Clóvis Ilgenfritz, candidato a Vice, Antônio Hohlfeldt, vereador petista e José Clóvis Azevedo, da Executiva Regional e sindicalista do CEPERS, também falaram no ato.

No encerramento da visita de Lula, num jantar com militantes petistas, a sindicalista Julieta Balestro — liderança dos professores estaduais, dirigente do CEPERS, onde participa do Conselho, membro da CUT — assinou sua ficha de filiação ao PT. Julieta já vinha tendo participação destacada na campanha e representa um grande reforço para o PT no Estado.

Comitês Eleitorais

Para o PT sair vitorioso desta eleição significa crescer como partido, ganhando adesões da população trabalhadora e construindo-se como um partido de luta, nas categorias, nas vilas, nos movimentos sociais. Com este objetivo estamos organizando comitês eleitorais nos locais de moradia (Zona Norte, Zona Sul, Partenon, Centro) e em Professores, Bancários, Funcionários Públicos, Estudantes, Metalúrgicos e propomos ainda a formação de Comitês na área de Saúde, Estatais e Juventude.

Na reta final da campanha o PT aposta nos debates com os outros partidos, proposta rejeitada pelo PDT, que nega-se a ocupar o espaço de TV, em acordo com todos os demais partidos, para este tipo de debate. Está sendo planejado um grande comício de encerramento da campanha para novembro.



Lula e Olívio: presentes no comício

Demagogia e medidas antipopulares

Sem dúvida alguma os partidos burgueses estão pagando o preço por sua política. O alto número de "indecisos" em Porto Alegre, 10%, que somados aos votos "em branco" chegam a 16%, refletem não a simples dúvida entre várias opções, mas, fundamentalmente o descontentamento, a desconfiança frente à prática dos partidos burgueses de fazer da eleição um momento de promessas demagógicas e,

condenados a devolver ao Estado as vultosas quantias com que se beneficiaram na condição de deputados, por empréstimos retirados através da Caixa Econômica Estadual. Os empréstimos eram feitos com taxas de 2% ao mês, e o dinheiro comprovadamente aplicado pelos deputados a taxas de mercado (em torno de 17%). No escândalo dos empréstimos estão implicados 121 parlamentares de todos os partidos, excluído apenas o PT, em mais uma mostra de como a corrupção é exercida em benefício dos patrões e seus prepostos.

Campanha salarial unificada

Prepara-se a greve de 1 milhão de trabalhadores

A campanha salarial unificada, lançada pela CUT, começa a tomar forma e a ganhar o seu sentido de uma campanha de massas. Ao mesmo tempo, a iniciativa da CUT já conseguiu a adesão de mais de 30 sindicatos, incluindo-se entre estes o Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo.

Até agora já foram dados os seguintes passos: a definição de uma lista unificada de reivindicações, onde se destacam o reajuste trimestral, 20% de aumento real e as 40 horas; o compromisso de negociação unificada com a FIESP destes três itens; a realização de atos unificados por regiões que se realizaram no dia 11 com a participação de 7 mil trabalhadores e, por fim, a marcação de uma grande assembléia intercategorias para decidir a posição do movimento frente à resposta dos patrões e do governo.

Deste processo pode sair uma greve geral na Grande São Paulo envolvendo mais de 1 milhão de trabalhadores. Pode, então, criar um novo patamar de lutas, para o movimento sindical a nível nacional.

A última experiência:

Fica claro então o objetivo da campanha: uma efetiva mobilização de massas e o enfrentamento unificado da intransigência patronal e da política econômica do governo. A vitória obtida pela CUT ao imprimir este caráter à campanha não resolve, por certo, antecipadamente os dois problemas políticos colocados ao movimento: de um lado, a necessidade de em poucos dias avançar na organização das categorias em luta; de outro, o enfrentamento concreto da proposta de negociar o pacto social, relançada pelo governo e aceita pela CONCLAT.

Metalúrgicos: a chave da campanha

Estes problemas se manifestam com toda a clareza na principal categoria, com seus 400 mil trabalhadores entre S.P., Osasco e Guarulhos. Aí a organização pela base e a democratização da campanha são mais do que decisivas, porque se trata de impedir a repetição das traições costumeiras de Joazeiro e seus apoiadores.

Joazeiro — um dos negociadores do pacto pela CON-

CLAT — já deu duas demonstrações recentes (além das históricas...) da sua disposição. Logo depois da assinatura conjunta dos sindicatos da lista de reivindicações declara-se publicamente contra o trimestral. No dia seguinte, os jornais estampam uma nota oficial de desmentido. Mais adiante, Joazeiro foge do ato de entrega da lista de reivindicações à FIESP, não a assina embora outros diretores o façam. O velho pelego alegou que não encontrou a lista de reivindicações...

Estes episódios vieram mostrar também a existência de diferenças dentro da diretoria de Joazeiro, composta pelo PCB e sua dissidência agrupada em torno do jornal A Esquerda e pelo PCdoB.

Até agora a diferença entre eles se dá em como reagir frente a uma proposta da CUT, colocada não só para diretorias como para suas bases. Ou seja, como agir para não perder bases para a CUT. Para Joazeiro a melhor maneira é não aceitar uma proposta de luta, mesmo que custe um desgaste ainda maior da sua imagem. Para os demais, a maneira é procurar manter uma ima-



gem de luta e por dentro da campanha unificada, impedir desdobramentos mais avançados, tanto em termos políticos como em termos de unificação destas categorias pela base.

É dentro deste quadro que cresce ainda mais a importância da atuação da CUT à base dos metalúrgicos para garantir, de fato, a unificação do movimento e a sua continuidade.

Generalização das lutas x Pacto Social

Nesta campanha unificada — pelas forças que colocou em

movimento — está em jogo a possibilidade de abrir um novo tipo de luta para o movimento sindical: ao buscar integrar horizontalmente várias categorias e enfrentar enquanto classe o patronato e governo, a CUT propõe um salto para diante e a generalização a nível nacional dessa iniciativa.

De outro lado, disputa com o maior sustentáculo da CONCLAT, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de S.P., a direção do movimento, o que significa enfrentar, num processo de luta, o principal setor favorável à negociação do pacto social com o governo.

A greve dos 700 mil em 1963

Ação conjunta enfrenta arrocho salarial. Greve une categorias diferentes. FIESP não aceita negociar. Movimento conquistou aumento maior que a inflação e antecipação de 25%. A experiência de 1963 é importante para a Campanha Salarial Unificada.

Em 29 de outubro de 63, cerca de 700 mil trabalhadores da cidade de São Paulo e do interior, representando 14 categorias, entram em greve geral, iniciando a última grande experiência de unificação inter-categorias numa mesma campanha salarial. Este acontecimento merece ser revisto.

É evidente que não só o tempo separa as duas experiências: em 63 assistia-se ao fim do populismo, marcado pela iniciativa das classes dominantes em constituir um novo tipo de regime (estabelecido com o golpe de 64) e de outro lado pela relativa perda de controle do governo Goulart sobre as massas trabalhadoras. Em 63 a hegemonia do movimento operário era exercida pelo PCB, portanto por uma orientação colaboracionista; hoje a hegemonia é disputada e existe um forte campo (a CUT e o PT) que defende a independência de classe. Por fim, em 63 a luta unificada não se materializou em organismos unificados de base; agora, a CUT representa e propõe a unificação pela base.

FMI, arrocho e greves isoladas

O último governo populista, ao contrário da crença reformista, não foi um governo de concessões ao movimento operário. Ao contrário, buscou implementar uma política econômica inspirada pelo FMI, com o tradicional arrocho. Em 63 a inflação atingia 70% e acumulavam-se as perdas salariais. Mesmo com um movimento sindical, em particular suas direções, disposto a sustentar o governo, uma sucessão de greves isoladas são deflagradas e desembocam, em 63, numa pressão das bases para a mobilização. É neste quadro que as campanhas salariais do 2º semestre em S. Paulo vão ganhar um novo sentido, o de enfrentamento unificado — pelos vários sindicatos — do arrocho salarial.

Assembléias unificadas e negociação conjunta

Em 6 de outubro, os 79 sindicatos e 4 federações organizados num Pacto de Ação Conjunta e sob a influência do Comando Geral dos Trabalhadores

(CGT), realizam a primeira assembléia intersindical. Ali se define uma lista única de reivindicações: 100% de aumento salarial era a principal. Ao mesmo tempo decide-se exigir da FIESP negociação conjunta de todos os acordos. Começa a mobilização, inclusive com notas para a população.

A FIESP não aceita a negociação unificada e também se dirige à população. Seus argumentos: a negociação conjunta é ilegal e deve ser feita sindicato para sindicato; as datas-base são diferentes e cada categoria possui particularidades. A imprensa patronal conclama: "A atitude do proletariado paulista sempre se tem manifestado contrária às descabidas exigências a que assistimos ... Pedir um aumento salarial de 100%, quando a perda do poder aquisitivo (...) foi apenas 70%, é assumir uma posição revolucionária que de modo nenhum corresponde ao comportamento extremamente ponderado da classe ... Não assiste São Paulo a uma manifestação da vontade coletiva de seus homens de trabalho. O que aí está é o prenúncio de uma ação de

muito maior envergadura". (O Estado de S. Paulo, 29.10.63).

A posição irredutível da FIESP torna a negociação conjunta o ponto central do movimento. Na assembléia intersindical de 27 de outubro é decidida a greve por tempo indeterminado de todas as categorias envolvidas.

700 mil em greve

De 29 de outubro ao dia 3 de novembro ocorre a greve. A paralisação é quase total, alcançando principalmente os metalúrgicos, químicos, gráficos e coureiros.

A greve se dá com enfrentamentos entre operários e a polícia, com mais de mil prisões. Ocorrem várias manifestações públicas dos trabalhadores.

O TRT decide pela ilegalidade da negociação conjunta e força a negociação por cada sindicato. No entanto o acordo final só é estabelecido através de uma comissão geral de greve (com 25 operários de várias categorias). Neste acordo, os trabalhadores conquistam 80% de aumento e uma antecipação semestral de 25%, para todas as categorias.

Bancários Sul Fluminense:

É hora de oposição

Construída na luta e pela base, a oposição parte pra derrubar mais uma diretoria pelega.

Começa a ruir no Sindicato dos Bancários sul fluminense 20 anos de corrupção e peleguismo. Pela primeira vez em todos esses anos, surge uma chapa disposta a abrir e democratizar o sindicato: a chapa 2 — **Oposição Sindical Bancária**.

A oposição teve origem na campanha salarial do ano passado, quando na tentativa de impedir que novamente os pelegos traissem a categoria, um grupo de bancários se organizou numa assembléia de fim de campanha, não deixando que a diretoria aprovasse uma proposta que lhe daria carta branca para que ela assinasse o acordo com os patrões.

Este grupo de bancários, na tentativa de melhor organizar o descontentamento da categoria com a direção pelega, criou um núcleo de base que procurou aglutinar todos os bancários que se opunham a atual diretoria. Concentrado inicialmente em Volta Redonda, Resende e Barra Mansa, o núcleo de

base se expandiu para outras localidades, dentro da enorme base territorial do sindicato, que abrange 31 cidades e distritos no sul do Estado do Rio.

Construindo a oposição na luta
Jogando toda força na campanha salarial deste ano, o núcleo de base constituiu a chapa 2 — **Oposição Sindical Bancária**, procurando mobilizar o conjunto da categoria e cobrando da direção do sindicato uma postura democrática e combativa.

Hoje a chapa 2 aglutina todo o conjunto da vanguarda combativa, estando estruturada em toda a base territorial do sindicato, que conta com cerca de 7 mil bancários, sendo que destes 65% são sindicalizados.

Para as eleições de novembro deste ano (dias 25, 26 e 27), a chapa 2 apresenta como principais propostas de luta os eixos da recente greve nacional da categoria e as bandeiras da CUT: trimestralidade, comissão sindical, não ao pacto social, rompimento com o

USI: a direita se rearticula no Movimento Sindical

Surge uma nova articulação no cenário sindical brasileiro: a União Sindical Independente — USI. Articulada pelo que há de mais atrasado e pelego no movimento sindical, esta proposta se apresenta num momento importante e com uma finalidade óbvia: tentar lançar a confusão no movimento sindical, apoiando irrestritamente a proposta de pacto social.

Contudo, não se pode dizer que seja

uma proposta nova. Este pessoal fez parte do antigo MSD (Movimento Sindical Democrático), articulação direitista que apoiou o golpe de 64 e que forneceu muitos quadros para as intervenções que se sucederam. Mantendo a sua coerência, elaboraram a nova proposta de carta de princípios, fazendo questão de que o primeiro a ser informado fosse o governo, com quem pretendem manter estreitas ligações.

Urbanitários do Rio: a luta continua

Terminaram as eleições no sindicato dos urbanitários, sendo vitoriosa a chapa 2 com 4.768 votos, que contou com o apoio do presidente da federação e é ligada ao governo do Estado. Em segundo ficou a chapa 1, apoiada pelo MR8 e outros pelegos, sendo que a chapa 3, que englobava os setores classistas, ficou em terceiro lugar, com 3.866 votos.

A chapa 3, que tinha uma avaliação

otimista do processo eleitoral, foi surpreendida por este resultado, que apresenta um atraso na implantação dos setores classistas no movimento sindical do Rio. Contudo, apesar da derrota, é fundamental manter o núcleo da oposição, particularmente no momento em que se inicia a campanha salarial e tendo claro que a oposição é o único setor que poderá dar um caráter massivo a esta campanha.



FMI, reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores, constituindo livre, democrática e soberana. Quanto à questão da estrutura sindical, a chapa 2 defende que o direito de tendência e uma diretoria colegiada são questões fundamentais para viabilizar a mais ampla democracia interna.

Sobre a nova estrutura sindical, a oposição bancária defende a ratificação da convenção 87 da OIT, a construção da CUT pela base, com a mais ampla democracia interna, defendendo ainda a proporcionalidade nas eleições como instrumento de viabilização da unidade.

Ferrovários: MUF na cabeça

Nas eleições de 28, 29 e 30 de outubro, a oposição disputa a direção do sindicato que reúne metade dos ferroviários do país.

Há quanto tempo o sindicato está nas mãos dos pelegos e como foi formada a oposição?

Movimento União dos Ferrovários: Desde que foi criado, há 21 anos, o sindicato está nas mãos da pelegada. A formação da oposição começou em 82, quando foi organizada uma chapa para disputar as eleições, que ficou em terceiro lugar, concorrendo entre oito chapas no total. Após esta eleição, o Movimento de Oposição Sindical, que era o nome da chapa, desorganizou-se. Alguns companheiros foram demitidos, mas após certo tempo, remanescentes do MOS e outros companheiros organizaram então um novo movimento de oposição, o MUF.

Qual a área que abrange o sindicato?

MUF: O sindicato tem uma base territorial muito grande. Abrange o Estado do Rio, parte de São Paulo (até São José dos Campos), parte de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, com 45 mil ferroviários na base (são 90 mil em todo o país), sendo 10.500 sindicalizados.

Quais as principais propostas da oposição?

MUF: Nosso interesse não é só ser oposição à diretoria do sindicato. É ser oposição à estrutura sindical. Queremos um sindicato para lutar. Queremos um sindicato democrático, livre e combativo. Queremos discutir com a categoria em assembléia a questão da filiação do sindicato à CUT. Nesse momento nossas principais reivindicações são: efetivação dos contratados, trimestralidade, 50% de abono de férias, redução da jornada para 40 horas semanais, 100% do INPC, 25% de reposição salarial, por um plano de classificação de cargos e um plano de cargos e

salários elaborado com a participação da categoria.

Qual a avaliação das eleições, dá pra ganhar?

MUF: Pela avaliação que fazemos do nosso trabalho de base, achamos que vamos ganhar. A diretoria está muito desgastada e as outras três chapas têm ligação com ela. A atual diretoria é ligada ao Hélio Regatto, presidente da Federação Nacional dos Ferrovários, homem da CNTI e seguidor fiel de Ari Campista, que está apoiando hoje a chapa 1. As chapas 3 e 4 tem entre seus membros integrantes e apoiadores da atual diretoria, tendo também o apoio do PC. Nossa chapa é apoiada pelos sindicatos dos metroviários, bancários, metalúrgicos de Volta Redonda, engenheiros, portuários etc; é apoiada pela CUT e tem também o apoio da FASE. Temos nossa principal força em nosso trabalho de mobilização junto às bases da categoria.



Uma intervenção multiforme

A intervenção militar dos EUA contra a Nicarágua já começou e aumenta a cada dia. Entretanto, ela é apenas um dos aspectos da política geral do imperialismo americano para a região — iniciativas políticas, econômicas, ideológicas e militares. Os revolucionários da região têm que responder à contra-revolução em todos estes planos.

Para nós, militantes brasileiros identificados com a luta dos povos centro-americanos, a agudização dos confrontos e as dificuldades da revolução colocam a solidariedade internacionalista como uma questão mais candente e necessária do que nunca.

Depois do triunfo da revolução sandinista, em 19 de julho de 1979, parte da esquerda latino-americana começou a desenvolver uma visão simplista, ou no melhor dos casos, reducionista, sobre o significado da política do imperialismo e, em especial, do chamado reaganismo.

Não se trata da política de um louco nem de um senil que dorme nas reuniões, mas de tentativas por parte de um sistema de dominação mundial — o imperialismo americano — de recuperar sua iniciativa e hegemonia no conjunto das atividades. De fato, trata-se da política da classe dominante dos Estados Unidos, que pretende ter um alcance muito amplo.

Neste sentido, também é equivocado reduzir esta política ao militarismo e às intervenções armadas. É claro que estes elementos são parte da política atual do imperialismo, mas não são os únicos. Sua política busca evitar o máximo possível a intervenção militar direta — que implicaria num alto custo político para o governo americano — realizando uma intervenção multiforme, que não tem os mesmos custos. Entretanto, é claro que se esta política não tiver êxito, a intervenção militar permanece como último recurso do imperialismo ianque.

O problema é que a intervenção americana já se iniciou e não podemos esperar até que ocorra uma invasão da Nicarágua para ampliar nossa solidariedade anti-imperialista. O triunfo dos planos imperialistas representaria um golpe profundo para a revolução mundial e reestabilizaria a dominação imperialista na região por todo um período.

Da paralisação à retomada da iniciativa

Com a derrota militar e política dos EUA no Vietnã, a moral dos imperialis-

tas foi duramente golpeada, inclusive porque foi acompanhada de uma mobilização de milhões de jovens americanos que foram se opondo paulatinamente a esta intervenção. Uma nova geração norte-americana, que pela primeira vez não regressava triunfante de uma guerra, repelia tudo o que esta guerra tinha significado.

A burguesia ianque se deu conta disso e das implicações que daí advinham para a sociedade americana — em especial depois de Watergate — mas a sua crise política era tão profunda que ela sofreu uma certa paralisia. A revolução no Irã e o triunfo sandinista foram o choque e o desafio que a obrigaram a mudar a política externa de Carter, política dos “direitos humanos” e de defesa da “democracia”, política essencialmente defensiva que buscava recuperar a credibilidade ianque junto à opinião pública. Mas já durante o governo Carter dois acontecimentos pré-figuravam o que seria a política de Reagan na América Central, as eleições na Jamaica — onde a intervenção do FMI provocou uma crise social e o colapso do governo social-democrata de Manley, com a ascensão do ultra-direitista Seaga — e o golpe contra a ditadura de Romero em El Salvador — visando impedir a eclosão de uma situação revolucionária pela cooptação da democracia cristã, da social-democracia e até do PC a um governo forte que implementasse algumas medidas sociais.

Estas duas medidas já delineavam a política que Reagan seguiria, isto é, uma política que se baseia na força militar e em setores direitistas, mas que ao mesmo tempo compete com a esquerda e com os setores democráticos para ganhar o apoio das massas. É claro que esta política não tem os mesmos mecanismos de implementação em El Salvador e na Guatemala, devido fundamentalmente à força das organizações revolucionárias, o que obrigou o imperialismo a colocar a derrota militar da revolução como a sua tarefa prioritária e pouco a pouco desenvolver a outra parte de sua política.

A estratégia imperialista de conjunto para a América Central

Hoje, o imperialismo desenvolve uma política que visa criar as condições políticas para uma futura intervenção na Nicarágua ao preço político mais reduzido possível (que os problemas na África do

Sul complicam ainda mais). Há uma guerra em curso contra a Nicarágua, a chamada guerra de baixa intensidade, que já produziu mais de 7.000 baixas entre os sandinistas (em um país de 3 milhões de habitantes). O central para o imperialismo é ir acostumando a opinião pública com a guerra, apresentando-a não como uma guerra de intervenção mas como uma guerra civil. Os EUA unificaram as forças contra-revolucionárias e tentam criar a idéia de uma dupla legitimidade no país. Além disso, projetam passar o exército contra-revolucionário estacionado nas fronteiras de Honduras e da Costa Rica de 12 para 30 mil homens no prazo de um ano. Tudo isso no interior de um leque de iniciativas que buscam criar as condições para reduzir o teatro político, espacial e a duração de uma agressão imperialista, num marco regional de regimes formalmente constitucionais (eleições na Guatemala, Honduras e Costa Rica).

O regime sandinista enfrenta, pois, uma situação muito difícil. Tem que dedicar metade do seu orçamento para o esforço de guerra, mantendo um exército de 200 mil homens, além das milícias. Regiões agrícolas inteiras se transformaram em zonas de insegurança, obrigando o deslocamento da população camponesa e criando focos de tensão social. A inflação passou de 33% em 1983 para 50% no ano passado. E tudo isso não deixa de ter reflexos sobre a população trabalhadora, inclusive seus setores mais conscientes manifestando-se inclusive na redução do nível de atividade dos Comitês de Defesa Sandinistas.

O fortalecimento da construção da FSLN como partido de vanguarda tornou-se, neste contexto, uma prioridade central. De algumas centenas de militantes em 1978, ela dispõe hoje de 12 mil membros, mas com muitos problemas políticos, de formação ideológica e de funcionamento, que têm que ser rapida-



A ajuda governamental dos EUA aos países da América Central (em milhões de dólares)

País	Ano	Econômica		Militar	
		1979	1985	1979	1985
Honduras ⁽²⁾		26,80	154,00	2,30	62,50
El Salvador ⁽³⁾		9,60	346,00	0,04	132,00
Costa Rica		10,00	237,00	0,00	10,00
Guatemala		22,7	122,40	0,20	10,30
Total		69,1	859,40	2,50	214,00

(1) Não inclui a ajuda não governamental, de entidades direitistas às forças contra-revolucionárias.

(2) Não inclui os gastos em obras militares infraestrutura que são realizados durante as manobras militares permanentes de forças americanas no país;

(3) Da ajuda americana, calcula-se que apenas 15% chega a projetos de ajuda social.

mente superados para garantir a eficácia da ferramenta fundamental da revolução. O discurso de Daniel Ortega que publicamos ao lado espelha este esforço.

Em El Salvador, a ofensiva do imperialismo se deu tanto no plano militar como político. O governo Duarte conseguiu, com as eleições, uma certa legitimidade, canalizando parte da aspiração de paz de uma população cansada da guerra. A guerrilha contra-atacou com a proposta de formação de um governo de ampla participação e nas negociações de paz, que agora o governo rejeita, percebendo que elas reforçaram a legitimidade da guerrilha. No campo militar o exército teve seus efetivos ampliados de 15 para 50 mil homens, com tropas especializadas no combate à guerrilha e bombardeios sistemáticos às regiões sob controle das forças revolucionárias. Por outro lado, a FMLN manteve intacta sua força militar, como demonstraram os últimos enfrentamentos armados. O dado novo na conjuntura é a retomada da atividade do movimento de massas na capital. Desde o 1º de maio de 1984 ocorreram 44 greves e 3 manifestações de rua, uma central sindical, a UDP rompeu

com a democracia cristã, o partido do governo ao qual era ligado, e a FENASTRA, central sindical que tinha sido destruída pela repressão a partir de 1980/1 rearticulou-se.

Na Guatemala, depois do ascenso de 1981, a guerrilha sofreu uma profunda derrota, que teve grandes implicações sociais. Foram formadas milícias governamentais que agrupam 900 mil homens e deslocada de suas regiões de origem a base social da guerrilha, os camponeses indígenas. Os desaparecidos somam mais de 30 mil pessoas, com mais de 300 mil refugiados. A guerrilha preservou o seu núcleo organizado mas enfrenta hoje grandes dificuldades, a necessidade de retomar a presença nos movimentos de massa que voltam a se desenvolver nas cidades, deve ainda construir um partido que vertebrar o movimento de massas e as organizações armadas e tem que resolver a relação política entre a guerrilha e a luta urbana e o problema da insurreição.

Mas não podemos analisar a política dos EUA para a América Central vendo somente o que fazem em El Salvador, Nicarágua ou Guatemala. Para poder desenhar uma política de esmagamento

da revolução nestes três países, ele teve que implementar uma política em direção aos outros países da região. Honduras foi transformada em uma plataforma para intervenção norte-americana, uma zona de intervenção contra Nicarágua e El Salvador. O governo de Suazo Córdova surgiu da obtenção de um grande consenso social, tendo inclusive sido apoiado por organizações de esquerda. Um vez no poder desencadeou uma repressão sistemática contra toda a organização social e política independente.

A transformação virulenta da Costa Rica e seu alinhamento total com a política do imperialismo é uma questão relativamente nova, que começa com o triunfo sandinista. Não somente o governo foi para a direita, mas também uma parte importante da sociedade civil. A tradição política de não alinhamento mudou no momento em que o social-democrata Monge chegou ao poder. Este processo se combinou com um debilitamento formidável da esquerda, o que deixou o espaço livre para o governo.

Uma luta em todos os terrenos

Há alguns anos poderia-se trabalhar

as perspectivas políticas para a América Central como uma dinâmica de extensão, sincronização e articulação crescente do processo revolucionário a partir da Nicarágua. Mas isto mudou a partir da derrota na Guatemala e do impasse em El Salvador. Hoje a situação não é de estabilidade destes regimes, mas há uma desincronização dos processos revolucionários, numa situação onde o imperialismo coordena a contra-revolução em escala regional e a articulação e as relações políticas regulares entre as forças revolucionárias ainda é muito limitada. A perspectiva é de uma luta duradoura.

Os revolucionários centro-americanos não enfrentam simplesmente uma política de agressão militar nem simplesmente de repressão. Tanto as burguesias locais como o imperialismo começaram a desenhar uma política que busca disputar o apoio das massas, apesar das dificuldades de uma conjuntura de crise social crescente. Por isso, a resposta dos revolucionários deve dar-se e de fato já se dá muito além da questão militar. A derrota do imperialismo não poderá ser somente militar, mas também política, social, cultural e ideológica.

“É hora de fortalecer a FSLN”

Discurso de Daniel Ortega na sessão final da reunião extraordinária da Assembléia Sandinista em agosto de 85.

“Há vinte e quatro anos nossa vanguarda histórica, a FSLN ergueu-se com gritos de heroísmo das raízes de nossa história. Começamos a construir o partido do povo, unindo-nos aos operários e camponeses do mundo ansiosos por justiça, liberdade e independência.

Essa reação histórica tem como corpo a Frente Sandinista, nascida das intermináveis lutas de nosso povo contra o imperialismo ianque e para as grandes transformações sociais que libertaram os trabalhadores nicaraguenses do jugo da exploração e opressão capitalistas.

“Nós herdamos o programa histórico de Augusto Cesar Sandino e o enriquecemos com a teoria e a experiência revolucionária internacional.

“Sobrevivendo ao passar dos séculos, Simom Bolivar e Karl Marx se tornaram, juntamente com Sandino, uma fonte inesgotável, abundante, jovial e oportuna para as novas gerações de sandinistas.

“Foi esse pensamento que foi tão bem posto em prática em momentos historicamente decisivos por Carlos Fonseca, Jorge Navarro, Silvio Mayorga, Roberito Cruz, Oscar Turcios, Ricardo Morales, Pedro Arauz e outros militantes sandinistas, no processo de consolidação da FSLN.

“Nossa vanguarda foi formada nas frentes de guerrilha, nas manifestações e assembléias, na prisão, na tortura e na batalha diária.

O povo exige mais organização

“Nosso partido não se construiu através de sua auto-proclamação, ou declarando que ele era o partido. Foi o sangue e o sacrifício dos combatentes que construiu um partido digno, um partido resolutivo e inabalável.

“Nossa Frente Sandinista era o próprio povo que, se insurgindo em 19 de julho de 1979, destruiu a dominação capitalista e imperialista e a expulsou da Nicarágua.

“Estamos agora nos confrontando com o mesmo inimigo, que sonha reinstaurar um reinado de terror em nosso país. Para vencer o inimigo o povo está

exigindo mais organização, e mais organização significa que o partido do povo, a Frente Sandinista, precisa ser cada vez mais solidamente estruturado (...)

“Exatamente em Patuca, Raití e Bocay, nos momentos mais difíceis, devemos reforçar a qualidade da vanguarda — a FSLN —, aquela que lidera toda a sociedade.

“Exatamente como em Pancazán, nos mais árduos momentos, devemos transformar as adversidades em uma maior unidade ideológica, em uma maior unidade política, em mais ação, mais organização no sentido de atingir as metas projetadas pela vanguarda.

“Exatamente como em Zinica, nós devemos continuar a olhar para o futuro, com os olhos de Carlos Fonseca, que os executores não conseguiram fechar.

Liderança Unida para confrontar o inimigo

“Da mesma forma que na ofensiva final, a direção unida foi decisiva na derrota da ditadura somozista, hoje, mais do que nunca, essa direção — que advém da Frente Sandinista e é reproduzida e multiplicada através do rígido e disciplinado cumprimento das tarefas pelos militantes sandinistas e também em suas discussões críticas — se faz extremamente necessária. (...)

“Fortalecer o Diretório Nacional, a Assembléia Sandinista, os departamentos auxiliares e os comitês regionais e locais é tarefa para todos nós que, sejam quais forem as posições e responsabilidades que tenhamos, somos, acima de tudo, militantes sandinistas.

“É na qualidade de militantes de nossa vanguarda, de nosso partido, de nossa Frente Sandinista que nós somos responsáveis pelo povo.

“Hoje, enriquecidos pela experiência, estamos adotando novas estruturas que são frutos da realidade de nossa confrontação diária com o imperialismo americano.

“Sabemos que a Frente Sandinista não decepcionará o povo, porque a Frente surge e se constrói no seio desse humilde mas heróico povo.

“Neste momento, os governantes americanos, agindo através da CIA, do Pentágono e de suas forças mercenárias, determinaram ataques ao nosso território.

A derrota estratégica do imperialismo começou

“Eles têm sofrido derrotas. O povo armado tem desferido golpes nas forças contra-revolucionárias, que são assim banidas para seus acampamentos em territórios de Honduras e Costa Rica, Respondendo à derrota estratégica que o imperialismo e a contra-revolução começam a sofrer, o Pentágono e os estrategistas da CIA desferem também ataques desesperados, enviando grupos mercenários ao interior do país.

“Os vinte e sete milhões de dólares aprovados pelo Congresso Americano para o chamado “auxílio humanitário” para a contra-revolução serão usados para reativar as ações terroristas das forças mercenárias.

“Os vinte e sete milhões de dólares aprovados pelo Congresso Americano serão usados para violar os direitos humanos do povo nicaraguense.

“Esses vinte e sete milhões de dólares que o Congresso Americano aprovou são para o terrorismo. (...)

“Mas nós estamos vencendo e nós continuaremos a vencer, e a expulsar os agressores ianques, em La Trindade e Sarapiquí, porque nós, a Frente Sandinista, nós somos o povo organizado.

“Mesmo quando seus navios de guerra se aproximarem ameaçadoramente de nós, ainda assim, nós não desistiremos. Já o dissemos antes e o repetiremos agora: nós estamos dispostos a discutir sempre que possível, mas, caso não o seja, nós estamos preparados para lutar.

“Nós queremos a paz. E por isto defendemos esta revolução.

“Nós defendemos a paz. Por isso buscamos soluções pacíficas para os problemas. Por isto aceitamos o Acordo de Paz de Contadora.

“Nós queremos a paz. É por isto que estamos dispostos a manter o diálogo com os Estados Unidos que, com sua



Comandante Ortega

política imperialista, é a causa da desestabilização na América Central.

“Nós queremos a paz. É por isto que queremos agora dialogar com os governos vizinhos, que são também vítimas das políticas agressivas dos Estados Unidos.

“Nós estamos ávidos pela paz. Mas estamos também determinados a continuar resistindo e lutando até a derrota da agressão imperialista. (...)

“Agora é o momento para novas formas de organização partidária, para empreender a tarefa de produzir austeridade e disciplina de modo eficiente e consciencioso. As obras de trabalho bem feito são parte do combate diário que temos travado com êxito nas frentes militares.

“Agora é a hora de novas formas de organização, para fortalecer os sindicatos, as organizações de massa e a vigilância revolucionária.

“Agora é a hora da Frente Sandinista — de novas lutas, novas batalhas e novos sucessos — alcançar a vitória total.

“Agora é o momento para a Frente, para o povo, pegar em armas e defender resolutamente o poder dos operários, dos trabalhadores e camponeses, o poder do povo.

“Agora é o momento de lutar para nos defender; para defender a Nicarágua: Liberdade ou Morte!”



Tribuna da Luta Operária

Bornhausen, Estadão e Tribuna: campanha contra a CUT

Em sua edição n.º 236 a Tribuna repete a calúnia do Senador Bornhausen (do PFL, apoiador de Jânio Quadros) e a campanha do reacionário Estadão, denunciando a “intromissão estrangeira no sindicalismo brasileiro”. Ontem era “o ouro de Moscou”, hoje são “os marcos alemães”, o discurso anti-comunista sempre atribuiu a “manipulações exteriores” a responsabilidade por lutas dos trabalhadores. É um discurso já meio desgastado e desmoralizado. Novidade é ele ser utilizado por uma corrente que se proclama “comunista”.

Qual a função política das denúncias? A burguesia — e seus aliados no interior do movimento operário — joga para desgastar e desacreditar quem hoje não está comprometido com a estabilização da dominação burguesa. Como o PT e a CUT são combativos opositores dos projetos de “pacto social” têm que ser isolados.

O PT já tomou as providências jurídicas cabidas: iniciou um processo contra Bornhausen, exigindo que ele confirme as suas declarações.

Quanto a Tribuna, além do ridículo

de se colocar ao lado do Estadão e de Bornhausen, fica uma grande contradição: na sua raivosa denúncia, afirma que uma das provas que a CUT estava vendida para o imperialismo era a origem dos recursos, que vinham de entidades ligadas à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) de “ligações evidentes com a social-democracia e inclusive com o sindicalismo americano ultra-controlado pelo imperialismo americano”. É voz corrente no movimento sindical que a CONCLAT (central sindical entusiasticamente apoiada pela Tribuna) vai se filiar à CIOSL... E isso não preocupa a Tribuna nem um pouco...

Já no seu editorial, a Tribuna aborda o tema “Reservas da direita” (é o título). Neste editorial esclarece que Jânio é apoiado por Delfim e Maluf, omitindo que também Setúbal, Bornhausen, etc, também o apóiam. É interessante trabalhar com essa caracterização de candidatura Jânio como “reserva da direita”.

O lamentável é que o jornal termina apoiando o pessoal que hoje está escalado como titulares da direita...

Voz da Unidade

Sem trimestral, com o pacto social

O n.º 270 traz muitas preocupações sobre o desenvolvimento das articulações tendo em vista o “pacto social” ou o “entendimento nacional”. A Voz faz uma série de alertas à burguesia e ao governo, apresentando o que seriam os “pressupostos econômicos do Pacto”: reforma financeira, retomada de investimentos, reforma tributária, reforma agrária e adoção de uma nova política salarial. No item da política salarial, nenhuma referência ao reajuste trimestral.

Após estas considerações sobre a política econômica para a burguesia, a Voz afirma que as dificuldades para o pacto estão em “círculos do patronato” e em “setores políticos mais conservadores”. E que os trabalhadores estão dispostos a pactuar, chegando a colocar que Joaquinão e Menegheli têm posições semelhantes.

Uma dupla confusão! Em primeiro lugar é evidente que o limite que a burguesia tem para fazer concessões no plano econômico-social é um dos principais entraves para a viabilização da política de pacto: “disposta a negociar” a burguesia está, o problema é que ela tem pouco a oferecer. Em segundo lugar, identificar as posições de Joaquinão e Menegheli como semelhantes, é cegueira: Joaquinão já abriu mão do trimestral como condição para o pacto, Menegheli negocia mas não pactua (vide sobre a nota da CUT, na página 5).

Revedo a proporcionalidade

A Voz publica ainda resoluções do PCB sobre a situação política nacional. Na resolução sobre sindicalismo (“Pela unidade programática e orgânica do

sindicalismo”) a sua Comissão Nacional Diretora Provisória reconhece a derrota política que sofreram no interior da CONCLAT (“...apesar da nossa vontade em contrário, a CONCLAT assume hoje uma característica de central sindical e de fato”) mas reafirma a participação nela (“...dela participaremos porque a sua orientação política corresponde à luta por mudanças com a preservação da transição democrática”).

Ou seja, para o PCB o fundamental é que a CONCLAT é a central pró-pacto, que deve ser apoiada.

Mais adiante uma importante revisão do anteprojeto de Estrutura Sindical apresentado pelo Departamento Trabalhista do PCB: a resolução coloca senões à defesa da proporcionalidade nas eleições sindicais, relativizando a sua importância e condicionando a sua aplicação. Infelizmente o PCB começa a voltar à posição que defendeu na preparação da CONCLAT de 1983 quando a proposta apresentada por Ivan Pinheiro (que se contrapunha à dos metalúrgicos do ABC e bancários de São Paulo) se posicionava contra a aplicação da proporcionalidade nas instâncias da central.

Finalmente, a resolução dá um “puxão de orelha” no Hércules Correa criticando a sua posição sobre sindicalismo internacional: o PCB acha que o movimento sindical brasileiro deve manter relações com todas as centrais sindicais internacionais, e não apenas com a Federação Sindical Mundial (FSM).

O posicionamento internacional, que a CONCLAT parece estar se encaminhando para tomar, já começa a criar problemas para o PCB.

EM TEMPO:



Assine

EM TEMPO:

Um jornal que coloca você por dentro da luta dos trabalhadores



Ernest Mandel

Uma discussão sobre a necessidade, o papel e a construção do Partido Revolucionário a partir da experiência de Lênin



PERSPECTIVA INTERNACIONAL

Uma análise marxista dos grandes eventos da luta de classes internacional (você ainda pode adquirir os números, 5, 7, 8/9 e 10)

A Editora Aparte Ltda.

Estou enviando um cheque nominal à Editora Aparte Ltda, no valor de Cr\$ para

Assinatura anual do jornal EM TEMPO (Cr\$ 30.000 -- 12 números)

A TEORIA LENINISTA DA ORGANIZAÇÃO — Ernest Mandel (Cr\$ 15.000)

PERSPECTIVA INTERNACIONAL, n.º (Cr\$ 5.000 por número)

Recorte e envie à Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, CEP 05414 São Paulo SP, Fone: 852-8880

Congresso da UEE-SP: um retrato da crise

Boicotado e esvaziado, o congresso da UEE-SP reafirma a linha de apoio ao governo Sarney e à "Nova República".

Fábio Pereira

Depois de dois anos de seu último congresso, a UEE-SP realizou, nos dias 5 e 6 na cidade de Campinas o seu VI congresso pós-reconstrução. Ele contou com a participação de cerca de 350 delegados, pouco mais da metade dos presentes ao congresso de 83.

O esvaziamento do congresso refletiu, por um lado, a profunda crise por que passa o movimento estudantil, principalmente em São Paulo. Por outro, o boicote levado adiante pelas diretorias de alguns DCE's mais importantes do estado, como é o caso da USP, da PUC e da UNESP. A PUC, que possui cerca de 15.000 estudantes, não retirou nenhum delegado ao congresso.

O boicote foi puxado pelos apoiadores do jornal "O Trabalho" e pela "diretoria" do DCE da PUC, um setor conhecido como "auto-gestionário". Estes setores há muito vêm defendendo a divisão dos estudantes, principalmente da UNE, e a criação de entidades paralelas. Fato interessante é que a diretoria do DCE-USP, majoritariamente formada pelos colaboradores de "O Trabalho", perdeu a proposta de boicote ao congresso, em um Conselho de Centros Acadêmicos, por 19 votos contra 4. Mesmo assim, se recusou a encaminhar a eleição dos delegados e também a comparecer ao congresso da UEE.

Na verdade, apesar do discurso destes setores insistir em "construir as entidades pela base", eles não se submetem a decisão da base quando estas vão contra os seus propósitos.

As propostas aprovadas

Duas discussões polarizaram o congresso. A primeira foi o seu próprio caráter, onde um setor formado basicamente



O esvaziamento e a divisão ameaçam as entidades estudantis.

mente pelos militantes do PMDB, do PCB e por um setor do PT (ligado à comissão estudantil de SP e à articulação dos 113), defendeu a prioridade da discussão em torno da estruturação da UEE e das "questões específicas" dos estudantes. Eles propunham inclusive, que o ponto de conjuntura fosse o último da pauta do congresso, sob o argumento de que é a "discussão política" que afasta os estudantes das entidades estudantis. Contudo, a maioria do congresso rejeitou esta proposta, e a discussão de conjuntura foi realizada pelo VI congresso da UEE-SP.

A segunda foi a questão da conjun-

tura. Com a maioria esmagadora das correntes reformistas, o congresso acabou por aprovar uma resolução de apoio ao "Congresso Constituinte" de Sarney e ao Plano Nacional de Reforma Agrária do governo, ignorando solenemente todas as lutas que os trabalhadores vem desenvolvendo contra o governo Sarney e sua política de arrocho. Outra decisão do congresso foi a marcação das eleições diretas para a próxima diretoria da UEE, a serem realizadas em maio de 86. Foi eleita uma diretoria provisória, formada pelo conjunto das forças de apoio à "Nova República", encabeçada por Claudio Sena, militante do PMDB.

A atuação do PT

Há dois anos, no congresso da UEE de 83, o PT era a maior força do movimento estudantil em São Paulo, chegando a eleger a diretoria da UEE-SP naquele congresso. No VI congresso, o conjunto das forças classistas não representava mais que 30% dos delegados, fruto das debilidades de organização do partido no movimento e da política sectária levada pela comissão estudantil do PT-SP.

O fato lamentável do congresso foi a postura dos membros da comissão estudantil do PT: uma parte minoritária boicotou o congresso, enquanto a maioria da comissão participou dele, mas sem convocar uma única reunião preparatória e sem nenhuma iniciativa de unificar a intervenção dos Petistas.

Além disto, os membros da comissão estudantil de SP priorizaram durante todo o congresso uma aliança com o PMDB e com o PCB, sob o surrado discurso contra as tendências (?) e de se criar uma prática nova (?) no movimento estudantil. Omitiram-se da discussão de conjuntura e atacaram sectariamente a maioria dos Petistas presentes ao congresso.

O que ficou claro neste congresso é que a saída despolitizada, apontada por alguns setores, inclusive Petistas, não resolve a crise do movimento estudantil. Mas esta também não pode ser resolvida pela simples "oposição" à diretoria da UNE. Sem a construção de uma alternativa classista, que responda às contradições sociais dos estudantes hoje, cada fórum do movimento estudantil será apenas mais um momento de constatação da crise.

CONEG em Brasília:

Diretoria da UNE quer adiar o congresso

A diretoria da UNE está convocando para os dias 19 e 20 de outubro, em Brasília, a realização de um CONEG — Conselho Nacional de Entidades Gerais — que reúne todos os DCE's e UEE's do país. A pauta prevê dois pontos centrais: o congresso da UNE e uma campanha contra a dívida externa.

Ao convocar este CONEG, a diretoria da UNE pretende adiar o congresso para fim de novembro (após as eleições municipais) ou para abril de 86, fazendo com que isto "reverta" a posição do último CONEB — Conselho Nacional de Entidades de Base — que marcou o congresso para a primeira quinzena de outubro.

Se o CONEB decidiu por realizar o congresso antes de 15 de novembro, foi por avaliar a importância dos estudantes se posicionarem frente às eleições municipais. Além disto, seria um desrespeito à democracia interna do movimento que o CONEG revertesse a posi-

ção de uma instância superior, no caso o CONEB.

Cabe à diretoria da UNE criar as condições políticas e materiais para a realização do congresso na data marcada e se esta não o fez, sejam quais forem os motivos alegados, deve ser criticada por não encaminhar as deliberações dos fóruns da entidade. Entretanto, já estamos há um mês das eleições e não existe nenhuma propaganda ou convocação do congresso. Isto quer dizer que o CONEG se verá diante de um fato consumado: não existe nenhum local possível de se realizar o congresso antes de 15 de novembro.

Diante deste fato consumado, seria uma irresponsabilidade com o movimento defender a realização do congresso no final de novembro, depois do dia 15. Em primeiro lugar, porque seria um congresso esvaziado, realizado quando muitas escolas já estão em período de férias, o que reforça os setores que apostam no desgaste do movimen-

to e da UNE e sua política de divisão das entidades estudantis.

Além disto, seria um congresso esvaziado também politicamente, após as eleições municipais e muito antes do debate da Constituinte, sem nenhum fato político de peso na conjuntura. Logo, a única proposta de data viável seria maio de 86, mais próximo da Constituinte e das campanhas salariais do ABC, além de permitir um período razoável de preparação após o início das aulas.

A Campanha contra a Dívida Externa

A entrada do movimento estudantil na campanha contra o pagamento da dívida externa, representa uma possibilidade concreta de se conseguir um mínimo de atuação unificada de suas forças no encaminhamento de uma luta. Esta é uma bandeira ampla, o suficien-

te para permitir que o conjunto das forças se some nesta campanha.

Por ser uma campanha que vem sendo assumida principalmente pelos setores mais combativos do movimento operário e popular, em especial a CUT, ela pode adquirir um caráter de massas no país. Com isto, a participação dos estudantes nesta luta pode contribuir para romper o isolamento e o imobilismo em que se encontra o movimento estudantil.

Para o CONEG, a tarefa mais importante é fazer com que esta campanha não seja apenas mais uma aprovada nos fóruns do movimento, mas que tenha uma consequência prática nas universidades. Deflagrar uma campanha nacional pelo não pagamento da dívida externa — se somando à CUT na participação nos atos do dia 23 (Dia Continental de Luta Contra a Dívida Externa e o FMI) — e promovendo debates em todas as universidades neste dia pode ser um bom início da campanha no movimento estudantil.

Plim! Plim!

O que pinta de novo na MPB

Célia de Souza

Por vários sábados seguidos, os “senhores telespectadores” foram contemplados com o que há de “novo”, o mais “moderno”, a mais recente produção musical brasileira, toda ela mostrada de norte a sul pela Rede Globo de Televisão. Com abertura musical comandada por César Camargo Mariano, foi ao ar (e continua indo) o Festival dos Festivais. Como o próprio nome diz e de acordo com o anúncio inicial feito pela própria produção global, ali estaria não uma reedição, mas uma espécie de continuidade dos velhos festivais da TV Record que projetaram nomes como Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Dori e Nana Caymmi, Edu Lobo e tantos outros compositores.

Mas quem teve a paciência de ver as eliminatórias acabou ficando sem opção. E viram um músico como Nivaldo Ornellas ser desclassificado em favor de um reggae infeliz e ruim, ou de um rockinho oportunista qualquer. Mas, não há nada de novo no front da chamada MPB?

O buraco é mais embaixo

“Dos antigos festivais para hoje, houve um vácuo muito grande. Não estou falando de censura ou repressão. Falo de um esvaziamento cultural muito grande”. Quem fala isto é o compositor Eduardo Gudin, 35 anos, que assim como vários nomes - e ele cita Cacaso, Aldir Blanc, Novelli, Nelson Ângelo - surgiram em campo quando o que se tinha pela frente era uma pesada barra, um rabo de foguete, pegando de mau jeito a música popular brasileira que vinha tão embalada. Neste embalo, esta nova geração de músicos surgiu e nele se manteve a duras penas. E não é que se queria fazer música de protesto. Se queria apenas e tão perigosamente, fazer música.

Mas Gudin relembra tudo isto para explicar melhor que esta linha interrompida não foi retomada. Trocando em miúdos, quem teve escola acabou sendo alijado. E em cima do mito do “novo”, da juventude, se fez um festival que pouco tem a mostrar. E ele não fala como quem está de fora. Pelo contrário: Verde, música de sua autoria, é uma das fortes concorrentes. E Gudin, num festival de rocks, reggae e de mil coisas mal identificadas, foi de samba, que é o que ele melhor sabe e quer fazer.



Rock, jazz, blues, bossa nova, samba. Que se faça de tudo, com qualidade.

Conservador? “Não”, diz ele, que não vê mal nenhum em gostar da Marina e suas composições e de gostar de “Caminhando”. “Não entendo esta censura que uma hora está de um lado e outra hora, de outro.

No Brasil tudo é moda, superficialidade. Inclusive entre a dita “intelectualidade”. De repente Marx tá fora de moda. Assim como há um tempo era o contrário. Há 15 anos se não se fizesse música política não se podia sentar junto em uma mesa de bar. A realidade não passa por aí”.

“Em tudo você tem que ficar raciocinando com a cabeça dos outros. Aí eu, por exemplo, tenho que me explicar como faço música com Arrigo Barnabé, Adoniran Barbosa, com alguém do Premeditando o Breque ou do Língua de Trapo. Faço com todos e a coisa é muito simples. A gente vai um na casa do outro e vai fazendo, põe no papel aqui, cria ali”.

Gudin acha que, na verdade, existe aí uma crítica especializada, ou aquelas seções de jornal onde alguns caras dizem o que é “in” ou “out”. E que se guiam pelo exótico, pe-

lo mercado e nunca pela qualidade de uma música, pela técnica ou harmonia. E como a moda passa, hoje a Blitz é super “in”. Afinal, pega mal pensar o contrário se o grupo vende 500 mil discos. Amanhã, é simplesmente “out”.

De repente, Hermeto Paschoal, que o mundo inteiro sabe que é um excelente músico acaba ganhando espaço na crítica quando quebra a bacia fazendo um som “exótico” ou quando toca embaixo d’água, da catarata. “Aí todos dizem: que bom!”, ri Gudin, que acrescenta: “Poxa, o Hermeto é o maior, mas ninguém, nem ele, toca em baixo d’água. Aquilo não é música. E o que ele faz mesmo ninguém fala”.

“O velho e o novo é um fantasma para este pessoal que chega a dizer que os antigos festivais eram de protesto. E assim eles ficam tachados: festivais de protesto. Agora, pensa bem: Roda Viva, O Cantador, Alegria Alegria, eram músicas de protesto? Eram músicas boas, apenas.

Por trás de tudo, o mercado

No final das contas, por trás de tudo, dando as cartas, estão

as gravadoras multinacionais. Não é nenhum discurso nacionalista não. Gudin explica: “É vantagem para estas gravadoras que a música popular brasileira tenha o sotaque delas”. Ele cita o exemplo de Djavan, que apareceu fazendo um samba moderno, novo, quando o samba é algo quase acabado (como o choro, com poucas possibilidades de inovação, algo praticamente resolvido). E o que fez a gravadora de Djavan: colocou em seu show um grupo de break.

“Elas cobrem a pessoa de produção, dinheiro, tudo, mas a relação de lucro não é diretamente em cima dele. O Djavan entra no break e quem vende disco é o Michael Jackson. É uma questão de dólar, que na verdade é o grande artista da coisa”.

As tentativas de furar o cerco estão vingando aos poucos, com muitas dificuldades. Uma experiência nem sempre bem sucedida foram as gravadoras independentes. Mas aí o fantasma novo, a estética, acabou colocando muita coisa a perder, na opinião de Gudin. Quem não conseguia ter cara de novidade acabava não encontrando espaço. “E a rela-

ção aí não deveria ser estética, mas sim de produção”. Não dá para esquecer um outro impecilho bem maior: música independente não toca no rádio, dominado de fio a pavio pelas gravadoras e pelos play lists, que já estabelecem antecipadamente o que é que tem que fazer sucesso e o que é que pode ser ouvido pelo público. É por isso que a gente aguenta tantas vezes ao dia a mesma música e acaba até acreditando que gosta dela, tamanho o vício.

Em tamanha maré, Eduardo Gudin não se propõe a ficar num canto empunhando uma bandeira de resistência. Não é bem por aí. Se acha que o nacionalismo é perigoso, vê que o extremo também é um sério risco. Por isto aposta num “nacionalismo sadio”, “nacionalismo inteligente”, que não quer dizer nada mais do que: façamos blues, jazz, bossa nova, rock. Mas deixa que se faça o samba em paz. Sem ser novo ou velho. Sendo apenas e simplesmente, música. Uma coisa suave e gostosa que há muito tempo não toca no rádio. E que anda passando longe da televisão. Muito longe.